



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO  
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida Professor Luiz Freire, 500, Cidade Universitária – CEP: 50740-540 – Recife-PE  
(81) 2125-1607/1608 – conselho.superior@reitoria.ifpe.edu.br – www.ifpe.edu.br

**RESOLUÇÃO Nº 03 DE 22 DE JANEIRO DE 2018**

Aprova o PAINT 2018.

**A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO**, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do Conselho e considerando

- I - o Processo nº 23295.019526.2017-57;
- II - o Memorando nº 103/2017-AUDI/CONSUP/IFPE;
- III - a 1ª Reunião Extraordinária de 21/12/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), para o exercício de 2018, na forma do seu Anexo.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no sítio do IFPE na internet e/ou no Boletim de Serviços do IFPE.

*Rosana Maria Teles Gomes*  
ROSANA MARIA TELES GOMES

ANEXO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO**  
**CONSELHO SUPERIOR**  
**AUDITORIA INTERNA GERAL**  
Avenida Professor Luiz Freire, nº 500 – Cidade Universitária – Recife – CEP: 50.540-740  
(81) 2125-1647 – [audi@reitoria.ifpa.edu.br](mailto:audi@reitoria.ifpa.edu.br)

**PLANO ANUAL DE ATIVIDADES**  
**DE AUDITORIA INTERNA**  
**2018**

*Handwritten signature*

A estrutura básica do PAINT a saber:

Nº.	Descrição	Folhas
I	Apresentação	3
II	Objetivos	5
III	Instituição	6
IV	Temas passíveis de serem trabalhados pela auditoria interna.	6
V	Identificação dos temas constantes da matriz de risco, a serem desenvolvidos no exercício seguinte.	11
VI	Ações de fortalecimento das atividades da AUDI e capacitações.	11
VII	Tipos de auditorias a serem realizadas.	11
VIII	Dos aspectos operacionais relativos aos trabalhos de auditoria.	11
IX	Locais e período de realização dos Trabalhos	12
X	Conclusão	12

*Atéles*

## I - APRESENTAÇÃO.

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2018 foi elaborado em conformidade com o que estabelece a Instrução Normativa CGU nº 24/2015, abordando os itens contidos em seu no Art. 4º. Para a elaboração, consideraram-se os planos, metas, objetivos e a avaliação dos riscos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, bem como seus programas e ações definidos em orçamento, além de considerar a legislação aplicável e os resultados dos últimos trabalhos de auditoria do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, integra a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação. A entidade é organizada em estrutura multicampi, composta por 16 (dezesesseis) *campi* e 01 (uma) Reitoria, com proposta orçamentária anual identificada para cada *Campus* e Reitoria.

Nº	Unidade
01	IFPE – Reitoria
02	IFPE – <i>Campus</i> Ipojuca
03	IFPE – <i>Campus</i> Recife
04	IFPE – <i>Campus</i> Vitória de Santo Antão
05	IFPE – <i>Campus</i> Barreiros
06	IFPE – <i>Campus</i> Pesqueira
07	IFPE – <i>Campus</i> Belo Jardim
08	IFPE – <i>Campus</i> Caruaru
09	IFPE – <i>Campus</i> Garanhuns
10	IFPE – <i>Campus</i> Afogados da Ingazeira
11	IFPE – <i>Campus</i> Cabo de Santo Agostinho
12	IFPE – <i>Campus</i> Jaboatão dos Guararapes
13	IFPE – <i>Campus</i> Abreu e Lima
14	IFPE – <i>Campus</i> Olinda
15	IFPE – <i>Campus</i> Paulista
16	IFPE – <i>Campus</i> Palmares
17	IFPE – <i>Campus</i> Igarassu
18	IFPE – Educação a Distância

A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Pernambuco foi instituída através do Estatuto do IFPE, aprovado pela Resolução nº 01, de 31 de agosto de 2009, do Conselho Superior.

Conforme dispõe o Regimento Geral do IFPE, em seu art. 36, § 4º, a Auditoria Interna deve atuar de forma centralizada, com representação em locais auditáveis distantes da sua base (Reitoria), preservando a condição indissociável da sujeição à orientação normativa e à supervisão técnica, assim como aos níveis de autoridades e responsabilidades da Auditoria Interna Geral Reitoria.

Diante da atuação centralizada da auditoria, o PAINT 2018 será executado de forma a possibilitar a reorganização da força de trabalho, com vistas a atender eventuais licenças, afastamentos e vacâncias. No mesmo sentido será realizado acompanhamento remoto e in loco dos atos de gestão nos campi não contemplados por auditores.

Durante o exercício de 2018 os procedimentos de análise serão adotados nas unidades administrativas e serão executados pelos auditores da Unidade de Auditoria Interna Geral e acompanhados pelo Titular.

O quantitativo de servidores hora existente corresponde a 13 (treze) servidores. Conforme dados abaixo:

Nº	NOME	Lotação/Exercício	Cargo
1	Adrice Alciana de Carvalho e Silva	IFPE – Reitoria/Reitoria	Assist. em Administração*
2	Aércio José Pereira	IFPE – Reitoria/Campus Ipojuca	Auditor
3	David Lima Vilela	IFPE – Reitoria/Recife	Auditor
4	Emerson da Costa Melo	IFPE – Reitoria/Campus Vitória de Santo Antão	Auditor
5	Fábio da Silva Pessoa	IFPE – Reitoria/Campus Pesqueira	Auditor
6	Helena Cristina Rodrigues Alves	IFPE – Reitoria/Campus Belo Jardim	Auditora
7	Jussara Rafaela Bezerra de Resende	IFPE – Reitoria/Campus Caruaru	Auditora
8	Márcia Veríssimo da Silva	IFPE – Reitoria/Reitoria	Tec. em Assuntos Educacionais
9	Maria Dayana Lopes de Oliveira	IFPE – Reitoria/Campus Barreiros	Auditora

*STefer*

10	Melissa Cordeiro Torres Galindo	IFPE – Reitoria/Reitoria	Auditora
11	Paulo de Oliveira Segundo	IFPE – Reitoria/Reitoria	Auditor
12	Paulo Marcelo Santana Barbosa	IFPE – Reitoria/Reitoria (Titular da Auditoria Interna Geral)	Auditor
13	Rafael Pena Cerqueira Frias	IFPE – Reitoria/ <i>Campus</i> Garanhuns	Auditor

\*. A referida servidora não está inserida nas ações de auditoria, pois exerce atribuições de secretaria.

## II - OBJETIVOS.

A Auditoria Interna do IFPE é um órgão de assessoramento técnico vinculado ao Conselho Superior e está sujeito à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão Central e dos órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A Auditoria Interna no acompanhamento diário das áreas envolvidas pretende contribuir para o desenvolvimento das atividades administrativas, tendo como finalidades básicas: fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle e prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Os trabalhos de Auditoria serão desenvolvidos de forma centralizada, mesmo possuindo Representações em locais (*Campi*) auditáveis distantes da sua base (Reitoria).

As atividades da Auditoria Interna consistem em:

- assessorar os dirigentes no acompanhamento dos programas de governo, no âmbito do IFPE, visando comprovar a execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;
- verificar a execução do orçamento do IFPE, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;
- verificar a legalidade dos atos de gestão e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, e à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de recursos humanos e operacional;
- orientar os dirigentes quanto à aderência às normas legais;

*Dele*

- examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual e tomada de contas especiais;
- acompanhar o desenvolvimento e a efetiva aplicação dos resultados dos processos de sindicância e disciplinares;
- acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria Geral da União através do Plano de Providências, bem como, das determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União; e
- testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal.

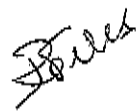
### **III - INSTITUIÇÃO.**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE tem como finalidades formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino para os diversos setores da economia, comércio e agricultura, realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços em articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada, cidadania e a inserção no mercado de trabalho.

### **IV – PROCESSOS DE TRABALHO PASSÍVEIS DE SEREM AUDITADOS.**

O processo de trabalho pode ser conceituado como um conjunto de atividades que objetivam o alcance da missão da entidade. O mesmo, quando organizado, possibilita, dentre outros benefícios, a mitigação dos riscos e a otimização dos resultados. Contudo, há de se observar que mesmo sem uma prévia identificação das ações algumas instituições atingem o propósito para qual foram criadas.

Considerando os processos de trabalho da entidade, identificados pela gestão da entidade, descrevemos, de forma geral, os processos passíveis de serem trabalhados:



Macroprocesso		Processos de Trabalho	
1	Gestão de Integração e Desenvolvimento Institucional	1	Prestação de Contas
		2	Gerenciamento da alimentação dos dados nos Sistemas do Governo Federal.
		3	Padronização e Sistematização das Práticas, Ações e Procedimentos Institucionais
		4	Planejamento Institucional
		5	Monitoramento dos Planos de Ação Institucionais
		6	Política de Atuação e Desenvolvimento do IFPE
		7	Política de Integração Institucional
		8	Avaliação Institucional/ SINAES
2	Gestão da assistência, acompanhamento e apoio ao Estudante.	9	Apoiar a Comissão preventiva de Avaliação da PRODEN
		10	Avaliação Institucional Interna - Comissão Própria de Avaliação
		11	Permanência e Êxito dos(as) estudantes - Apoiar as ações da assistência estudantil junto aos Campi
		12	Movimentos Estudantis - Implementar ações de aproximação e integração do
		13	Integração e Formação cidadã - Fortalecer os espaços de diálogos com os(as) estudantes
		14	Programa educativo de atenção à saúde dos(as) estudantes
		15	Programas da Assistência Estudantil - Contemplados na ação 2994 (Assistência ao Educando da educação Profissional e Tecnológica).
		16	Programas da Assistência Estudantil - Por meio de Editais não contemplados na ação 2994
		17	Eventos Estudantis - Apoiar a participação dos discentes
		18	Prática Esportiva de Estudantes - Apoiar, junto aos Professores de Educação Física, a participação dos discentes nos IJFs (Jogos dos Institutos Federais).
3	Gestão das políticas e programas de Ensino	19	Políticas de Ensino
		20	Oferta e acessos aos Cursos Técnicos e Superiores
		21	Formação continuada docente
		22	Formação de professores para a Educação Básica
		23	Fórum das Licenciaturas
		24	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
		25	Acompanhamento das atividades de ensino dos docentes
		26	Política de acesso, permanência e êxito
		27	Analisar e emitir pareceres pedagógicos sobre PPC, Estudo de viabilidade e Calendário
		28	Normalizar orientações para elaboração do Calendário Acadêmico dos Campi
		29	Assessoria ao Fórum do PROEJA
		30	Gestão Acadêmica dos Campi do IFPE
		31	Programa de Avaliação Preventiva
		32	Programa de Avaliação dos Cursos técnicos
		33	Assessorar os Campi nos processos de Avaliação Externa
		34	Orientar os Campi sobre os procedimentos do ENADE
		35	Regimentos e documentos orientadores do Sistema de Bibliotecas SIBI-IFPE
		36	Grupos de Trabalho SIBI-IFPE
		37	Certificação do Ensino Médio com base no ENEM
		38	Diplomação dos cursos superiores do IFPE
		39	Diplomação dos cursos de pós-graduação strictu sensu
		40	Revalidação dos diplomas estrangeiros
		41	Representação do IFPE no Fórum EJA/PE
		42	Representação do IFPE na CEA/EJA/PE
		43	Avaliação dos Cursos Técnicos
		44	Gerenciar Processo seletivo do SISU
		45	Organizar a agenda da Pró-Reitoria com os calendários letivos dos Campus e suas respectivas formaturas para sua necessária execução;
		46	Coordenar e orientar a execução das atividades administrativas da Pró-Reitoria;
4	Gestão das políticas e programas de Extensão.	47	Políticas de programas, projetos e cursos de Extensão
		48	Fomento e acompanhamento de atividades de extensão
		49	Financiamento externos
		50	Política Acadêmica e Relações de Trabalho
		51	Estágios, egressos, empregos e empreendedorismo
		52	Políticas de interação com a sociedade
		53	Políticas de Eventos e Cultura

*Handwritten signature*



		54	Políticas de Inclusão e Cidadania
		55	Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural
		56	Ações estruturantes para execução do recurso PNAE
		57	Formalizar o Programa IFPE Internacional
5	Gestão das políticas e programas de Pesquisa e Inovação Tecnológica	58	Desenvolvimento e consolidação dos Grupos e Projetos de Pesquisa
		59	Capacitação e a qualificação dos pesquisadores
		60	Subsídios à pesquisa através de programas de fomento
		61	Incentivo à inovação
		62	Financiamento externos
		63	Propriedade Intelectual
		64	Pós-graduação
		6	Gestão das Políticas e Atividades de Eventos Cerimonial.
66	Cerimonial e Protocolo		
67	Execução de Eventos		
68	Roteiro de Cerimonial		
69	Falta de Profissional em eventos		
70	Imagem Institucional		
71	Eventos não Programados		
72	A definição de um calendário permanente		
73	Orçamento e limitações financeiras		
74	Local apropriado		
7	Ouvidoria		
		76	Padronização dos Canais de Ouvidoria
		77	Sistematização das Informações de Ouvidoria
8	Gestão Orçamentária, Gestão Financeira, Gestão Patrimonial, Gestão Sup. Bens/Serviços	78	Registros Oficiais e Financeiros
		79	Existências Físicas
		80	Sistema de Controle Patrimonial
		81	Bens Imobiliários
		82	Adições de Bens Imobiliários
		83	Conservação de Bens Imobiliários
		84	Baixas de Bens Imobiliários
		85	Utilização dos Bens Imobiliários
		86	Avaliação de Bens Imobiliários
		87	Adição de Meio de Transporte
		88	Baixas de Meio de Transporte
		89	Conservação de Meios de Transportes
		90	Utilização dos Meios de Transportes
		91	Avaliação de Meios de Transportes
		92	Adições de Bens Móveis e Equipamentos
		93	Baixas de Bens Móveis e Equipamentos
		94	Conservação de B. Móveis e Equipamentos
		95	Utilização de B. Móveis e Equipamentos
		96	Avaliação de Bens Móveis e Equipamentos
		97	Adições de Bens Agropecuários
		98	Baixas de Bens Agropecuários
		99	Conservação de Bens Agropecuários
		100	Utilização de Bens Agropecuários
		101	Avaliação de Bens Agropecuários
		102	Administração e Controle de Materiais
		103	Sistemas de Controle de Estoques
		104	Formalização Legal
		105	Oportunidade de Licitação
		106	Parcelamento do objeto
		107	Limites a Competitividade
		108	Análise da Eficácia e Eficiência
		109	Dispensa e Inexigibilidade
		110	Formalização Legal
		111	Contratos sem licitação
		112	Fiscalização Interna

*20/05*

		113	Extrapolação de prazos legais
		114	Alterações Contratuais
		115	Pagamentos Contratuais
		116	Penalizações
		117	Inspeção Física da Execução
		118	Formalização Legal
		119	Oportunidade do Convênio
		120	Fiscalização Interna da Execução
		121	Prestação de Contas
		122	Inspeção Física da Execução
		123	Formalização Legal
		124	Inspeção Física da Execução
		125	Estimativas das Receitas
		126	Fixação das Despesas Correntes
		127	Fixação das Despesas de Capital
		128	Execução das Receitas
		129	Execução das Despesas Correntes
		130	Execução das Despesas de Capital
		131	Formalização Legal
		132	Execução dos Recursos
		133	Acompanhamento da Execução do Objeto
		134	Prestação de Contas
		135	Suprimento de Fundos
		136	Recursos Financeiros
		137	Programação Financeira
		138	Recursos a Receber
		139	Comprovação de Gastos
		140	Restos a Pagar
		141	Fornecedores
		142	Acréscimos Monetários
		143	Despesas de Exercícios Anteriores
		144	Encargos Sociais e Tributos
		145	Encargos/Despesas Financeiros
		146	Demonstrativos
		147	Notas explicativas
		148	Legislação, Normas e Manuais STN/MF
		149	Política e Programas de Educação na modalidade educação à distância
		150	Desempenho pedagógico do discente
		151	Acompanhar processo pedagógico do discente
		152	Captação de recursos
		153	Convênios na modalidade EAD
		154	Prestação de contas e acompanhamento dos recursos liberados na modalidade EAD
		155	Processo seletivo dos colaboradores
		156	Modelos didáticos e de gestão na modalidade EAD
		157	Diretrizes e normas para a EAD
		158	Formação continuada na modalidade de educ. à distância
		159	Projetos pedagógico nos cursos EAD
		160	Reestruturação Organizacional
		161	Plano Diretor Físico
		162	Levantamento topográfico
		163	Cadastro técnico
		164	Programa de necessidades
		165	Elaboração de Projetos de novas construções
		166	Projetos de reformas
		167	Projetos de acessibilidade
		168	Análise de Projetos
		169	Controle de Projetos
		170	Sondagem
		171	Percolação

9

Gestão das Políticas e Programas da Educação à Distância.

10

Gestão Política de Execução e Acompanhamento de Obras e Projetos de Engenharia

		172	Obras de reforma
		173	Obras novas nas unidades em funcionamento
		174	Obras nas unidades da expansão
		175	Obras em geral
		176	Fiscalização
		177	Avaliação de bens Imóveis
		178	Conservação de Bens Imobiliários
		179	Orçamento de obras e projetos
		180	Orçamentação
		181	Aditivos
11	Gestão das Políticas de Comunicação, Editorial e Imagem Institucional	182	Gestão Política de Comunicação
		183	Gestão Política Editorial
		184	Gestão da Imagem Institucional
		185	Assessoria de Imprensa
		186	Gestão da Comunicação Visual
		187	Gestão de Mídias Eletrônicas e Audiovisual
12	Gestão de Pessoas	188	Dimensionamento de Pessoal
		189	Provimentos
		190	Vacâncias
		191	Licenças e Afastamentos
		192	Movimentação entre Órgãos/Entidades
		193	Recrutamento, Seleção e Admissão
		194	Processos de Demissão
		195	Estagiários
		196	Consistência dos Registros
		197	Vencimentos e Remuneração
		198	Controle de Férias
		199	Sistema de Concessão
		200	Gratificações
		201	Adicionais
		202	Benefícios Assistenciais e Pecuniários
		203	Planos Assistenciais
		204	Gerenciamento das Informações de Pessoal
		205	Indenizações Judiciais
		206	Diárias
		207	Ajuda de Custo
		208	Viagens/Passagens
		209	Auxílio Moradia
		210	Auxílio Saúde
		211	Treinamento e Capacitação
		212	Política Motivacional
		213	Incentivos Funcionais
		214	Segurança e Higiene do Trabalho
		215	Associação de Servidores
		216	Aposentadoria
		217	Pensão
		218	Auxílios e Licenças securitárias
		219	Custeio da Seguridade Social
		220	Previdência Complementar
		221	Processos de Sindicância
		222	Processos Disciplinares
		223	Infringência ao Regime Disciplinar
13	Gestão da Ação Política e Técnico-Administrativa da Reitoria	224	Preparação, Análise Prévia e Submissão de Documentos ao Reitor.
		225	Logística de Documentos
		226	Organização, registro e Distribuição de Documentos, Expedientes, Atos Administrativos e Normativos
		227	Assistência e Assessoria ao Reitor
		228	Agenda do Reitor
		229	Passagens

*Arêles*

		230	Diárias
14	Gestão da Políticas, Diretrizes e Atividades de Tecnologia da Informação.	231	Políticas e Diretrizes de Tecnologia da Informação do IPPE.
		232	Padronização dos Serviços de Tecnologia da Informação.
		233	Infraestrutura de Tecnologia da Informação.
		234	Redes
		235	Tecnologias Educacionais
		236	Sistemas Corporativos

## V – IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO A SEREM DESENVOLVIDOS NO EXERCÍCIO SEGUINTE.

A relação dos processos de trabalho a serem auditados, classificados por meio de matriz de risco, estão previstas no anexo I. A descrição dos critérios utilizados para a elaboração da matriz se encontra disposta no anexo X.

## VI AÇÕES DE FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDI E CAPACITAÇÕES.

As ações de capacitação se encontram previstas nos termos do anexo II.

## VII - TIPOS DE AUDITORIAS A SEREM REALIZADAS.

No decorrer de 2018, poderão ser realizadas as auditorias classificadas em:

- Auditoria Baseada em Riscos – Instrução Normativa SFC/CGU 03/2017; e
- Auditoria Especial (quando motivada pelas autoridades competentes).

## VIII - DOS ASPECTOS OPERACIONAIS RELATIVOS AOS TRABALHOS DE AUDITORIA.

O planejamento operacional dos trabalhos de auditoria, com a definição dos objetivos, escopo, prazo, questões de auditoria e alocação de recursos será elaborado ao longo da execução do PAINT .

*Revis*

## **IX - LOCAIS E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS.**

As atividades de auditoria serão realizadas de forma sistêmica, contemplando a Reitoria e demais Campi, sendo executados pelos servidores titulares do cargo de auditor, com acompanhamento do Titular da Unidade de Auditoria do IFPE. Os resultados das auditorias realizados serão levados ao conhecimento do Reitor (Presidente do Conselho Superior), Diretores Gerais, Diretores Sistêmicos e Coordenadores das áreas envolvidas, bem como serão encaminhados à Controladoria Geral da União, Regional Pernambuco.

O período dos exames será de janeiro/2018 a dezembro/2018, conforme prazos das ações de auditoria interna previstas, conforme anexo I.


Para o cálculo das horas, consideramos o quantitativo atual de 1(um) Titular de Auditoria, 1 (um) técnico de nível superior e 10 (dez) auditores, todos com jornadas de trabalho de 8 horas diárias. Os servidores trabalharão, durante o ano, de acordo com as horas distribuídas entre as ações propostas nos anexos IV a VI.

## **X - CONCLUSÃO.**

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de fatores internos e externos, não planejados que por ventura possam ocorrer, como: alteração do quantitativo de pessoal, treinamentos não planejados, trabalhos especiais, atendimento ao TCU, CGU e Conselho Superior. As alterações, ajustes ou supressões serão devidamente justificados quando da elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício 2018.

Recife, 27 de outubro de 2017.

Paulo Marcelo Santana Barbosa  
Titular da Unidade de Auditoria Interna Geral



**ANEXO I**  
**PROCESSOS DE TRABALHO A SEREM AUDITADOS**

Nº	IDENTIFICAÇÃO DO MACROPROCESSO	PROCESSOS DE TRABALHO A SEREM AUDITADOS	LOCAL DOS EXAMES	RESULTADO DA ANÁLISE DOS RISCOS EM TERMOS DE IMPACTO E PROBABILIDADE	OBJETIVOS	RECURSOS DISPONÍVEIS	(QUANT. H/H) PRAZO
1	Gestão Política de Execução e Acompanhamento de Obras e Projetos de Engenharia	177. Avaliação de Bens Imóveis	Reitoria e demais Campi	21,3	Avaliar a adequação e a suficiência dos mecanismos de governança, gestão de riscos e de controles internos estabelecidos acerca dos processos de trabalho dispostos na ação nº 1, detalhando a primeira e a segunda linha de defesa. Descrevendo o fluxo do processo de trabalho, identificando, por meio de técnicas de auditoria, os eventos que podem afetar positivo ou negativamente os subprocessos, atividades ou tarefas, de maior risco com base diagnóstico de probabilidade e impacto, bem como analisando a eficácia e a suficiência dos controles internos utilizados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do IPPE, para mitigar ou corrigir os eventos (riscos) que impedem o alcance dos objetivos do processo e da entidade.	05 Servidores - Sendo 3 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	1704
		161. Plano Diretor Físico		18,5			
		163. Cadastro técnico		18,5			
		166. Projetos de reformas		18,5			
		167. Projetos de acessibilidade		18,5			
		174. Obras nas unidades de expansão		18,5			
		179. Orçamento de obras e projetos		18,5			
		178. Conservação de Bens mobiliários		18,4			
		180. Orçamento		16,1			
		83. Conservação de Bens Imobiliários		20,5			
2	Gestão Patrimonial		Reitoria e demais Campi		Avaliar a adequação e a suficiência dos mecanismos de governança, gestão de riscos e de controles internos estabelecidos acerca dos	04 Servidores - Sendo 2 Auditores, 1	980

*Volks*



4	Gestão de Pessoas	194. Processos de Demissão	Reitoria e demais Campi	20,0	Avaliar a adequação e a suficiência dos mecanismos de governança, gestão de riscos e de controles internos estabelecidos acerca dos processos de trabalho dispostos na ação nº 4, detalhando a primeira e a segunda linha de defesa. Descrevendo o fluxo do processo de trabalho, identificando, por meio de técnicas de auditoria, os eventos que podem afetar positivo ou negativamente os subprocessos, atividades ou tarefas, de maior risco com base diagnóstico de probabilidade e impacto, bem como analisando a eficácia e a suficiência dos controles internos utilizados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do IPPE, para mitigar ou corrigir os eventos (riscos) que impedem o alcance dos objetivos do processo e da entidade.	04 Servidores - Sendo 2 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	858
		221. Processos de Sindicância		16,0			
		222. Processos Disciplinares		16,0			
		223. Infringência ao Regime Disciplinar		16,0			
5	Gestão de Pessoas	197. Vencimentos e Remuneração	Reitoria e demais Campi	20,0	Avaliar a adequação e a suficiência dos mecanismos de governança, gestão de riscos e de controles internos estabelecidos acerca dos processos de trabalho dispostos na ação nº 5, detalhando a primeira e a segunda linha de defesa. Descrevendo o fluxo do processo de trabalho, identificando, por meio de técnicas de auditoria, os eventos que podem afetar positivo ou negativamente os subprocessos, atividades ou tarefas, de maior risco com base diagnóstico de probabilidade e impacto, bem como analisando a eficácia e a suficiência dos controles internos utilizados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do IPPE, para mitigar ou corrigir os eventos (riscos) que impedem o alcance dos objetivos do processo e da entidade.	04 Servidores - Sendo 2 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	928



6	Gestão das Políticas, Diretrizes e Atividades de Tecnologia da Informação	233. Infraestrutura de Tecnologia da Informação.	Reitoria e demais <i>Campi</i>	20,0	<p>Avaliar a adequação e a suficiência dos mecanismos de governança, gestão de riscos e de controles internos estabelecidos acerca dos processos de trabalho dispostos na ação nº 6, detalhando a primeira e a segunda linha de defesa. Descrevendo o fluxo do processo de trabalho, identificando, por meio de técnicas de auditoria, os eventos que podem afetar positivo ou negativamente os subprocessos, atividades ou tarefas, de maior risco com base diagnóstico de probabilidade e impacto, bem como analisando a eficácia e a suficiência dos controles internos utilizados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do IFPE, para mitigar ou corrigir os eventos (riscos) que impedem o alcance dos objetivos do processo e da entidade.</p>	04 Servidores - Sendo 2 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	792
7	Gestão das políticas e programas de Pesquisa e Inovação Tecnológica	60. Subsídios à pesquisa através de programas de fomento	Reitoria e demais <i>Campi</i>	19,3	<p>Avaliar a adequação e a suficiência dos mecanismos de governança, gestão de riscos e de controles internos estabelecidos acerca dos processos de trabalho dispostos na ação nº 7, detalhando a primeira e a segunda linha de defesa. Descrevendo o fluxo do processo de trabalho, identificando, por meio de técnicas de auditoria, os eventos que podem afetar positivo ou negativamente os subprocessos, atividades ou tarefas, de maior risco com base diagnóstico de probabilidade e impacto, bem como analisando a eficácia e a suficiência dos controles internos utilizados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do IFPE, para mitigar ou corrigir os eventos (riscos) que impedem o alcance dos objetivos do processo e da entidade.</p>	04 Servidores - Sendo 2 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	844

8	Gestão das políticas e programas de Ensino	151. Acompanhar processo pedagógico do discente	Reitoria e demais Campi	18,5	<p>Avaliar a adequação e a suficiência dos mecanismos de governança, gestão de riscos e de controles internos estabelecidos acerca dos processos de trabalho dispostos na ação nº 8, detalhando a primeira e a segunda linha de defesa. Descrevendo o fluxo do processo de trabalho, identificando, por meio de técnicas de auditoria, os eventos que podem afetar positivo ou negativamente os subprocessos, atividades ou tarefas, de maior risco com base diagnóstico de probabilidade e impacto, bem como analisando a eficácia e a suficiência dos controles internos utilizados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do IPPE, para mitigar ou corrigir os eventos (riscos) que impedem o alcance dos objetivos do processo e da entidade.</p>	04 Servidores - Sendo 2 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	796
9	Gestão Patrimonial	96. Avaliação de Bens Móveis e Equipamentos	Reitoria e demais Campi	17,0	<p>Avaliar a adequação e a suficiência dos mecanismos de governança, gestão de riscos e de controles internos estabelecidos acerca dos processos de trabalho dispostos na ação nº 9, detalhando a primeira e a segunda linha de defesa. Descrevendo o fluxo do processo de trabalho, identificando, por meio de técnicas de auditoria, os eventos que podem afetar positivo ou negativamente os subprocessos, atividades ou tarefas, de maior risco com base diagnóstico de probabilidade e impacto, bem como analisando a eficácia e a suficiência dos controles internos utilizados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do IPPE, para mitigar ou corrigir os eventos (riscos) que impedem o alcance dos objetivos do processo e da entidade.</p>	04 Servidores - Sendo 2 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	994

*Ates*

10	Gestão Orçamentária	129. Execução das Despesas Correntes	Reitoria e demais Campi	16,0	<p>Avaliar a adequação e a suficiência dos mecanismos de governança, gestão de riscos e de controles internos estabelecidos acerca dos processos de trabalho dispostos na ação nº 10, detalhando a primeira e a segunda linha de defesa. Descrevendo o fluxo do processo de trabalho, identificando, por meio de técnicas de auditoria, os eventos que podem afetar positivo ou negativamente os subprocessos, atividades ou tarefas, de maior risco com base diagnóstico de probabilidade e impacto, bem como analisando a eficácia e a suficiência dos controles internos utilizados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do IFPE, para mitigar ou corrigir os eventos (riscos) que impedem o alcance dos objetivos do processo e da entidade.</p>	04 Servidores - Sendo 2 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	964
	130. Execução das Despesas de Capital			16,0			
11	Gestão das Políticas e Programas de Educação à Distância	155. Processo seletivo dos colaboradores	Diretoria de Educação à Distância	16,0	<p>Avaliar a adequação e a suficiência dos mecanismos de governança, gestão de riscos e de controles internos estabelecidos acerca dos processos de trabalho dispostos na ação nº 11, detalhando a primeira e a segunda linha de defesa. Descrevendo o fluxo do processo de trabalho, identificando, por meio de técnicas de auditoria, os eventos que podem afetar positivo ou negativamente os subprocessos, atividades ou tarefas, de maior risco com base diagnóstico de probabilidade e impacto, bem como analisando a eficácia e a suficiência dos controles internos utilizados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do IFPE, para mitigar ou corrigir os eventos (riscos) que impedem o alcance dos objetivos do processo e da entidade.</p>	04 Servidores - Sendo 2 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	936

12	Gestão da Assistência, Acompanhamento e Apoio	15. Programas da Assistência Estudantil - Contemplados na ação 2994 (Assistência ao Educando da educação Profissional e Tecnológica).	Reitoria e demais Campi	14,5	Avaliar a adequação e a suficiência dos mecanismos de governança, gestão de riscos e de controles internos estabelecidos acerca dos processos de trabalho dispostos na ação nº 12, detalhando a primeira e a segunda linha de defesa. Descrevendo o fluxo do processo de trabalho, identificando, por meio de técnicas de auditoria, os eventos que podem afetar positivo ou negativamente os subprocessos, atividades ou tarefas, de maior risco com base diagnóstico de probabilidade e impacto, bem como analisando a eficácia e a suficiência dos controles internos utilizados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do IFPE, para mitigar ou corrigir os eventos (riscos) que impedem o alcance dos objetivos do processo e da entidade.	04 Servidores - Sendo 2 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	952
13	Controles da Gestão	Atuação do TCU/SECEX: Ação direta de verificar o cumprimento das diligências e determinações exaradas pelo TCU.	Reitoria e demais Campi	Instrução Normativa CGU 24/2015	Constatar a implementação das determinações/recomendações visando à aprovação da gestão dos responsáveis. Acompanhar os atos de gestão para atendimento das demandas da TCU. Atuar no acompanhamento das diligências dispostas no sistema e-pessoal do TCU Encaminhar, mensalmente, ao conselho Superior e aos diretores gerais o relatório gerencial sobre as determinações e recomendações do TCU, da CGU e da AUDI, nos termos do art. 17 da IN CGU 024/2015.	04 Servidores - Sendo 2 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	640

14	Controles da Gestão	Atuação da CGU: Ação direta de verificar o cumprimento das diligências e recomendações exaradas pela CGU.	Reitoria e demais <i>Campi</i>	Instrução Normativa CGU 24/2015	<p>Constatar a implementação das determinações/recomendações visando à aprovação da gestão dos responsáveis.</p> <p>Acompanhar os atos de gestão para atendimento das demandas da CGU.</p> <p>Encaminhar, mensalmente, ao conselho Superior e aos diretores gerais o relatório gerencial sobre as determinações e recomendações do TCU, da CGU e da AUDI, nos termos do art. 17 da IN CGU 024/2015.</p>	04 Servidores - Sendo 2 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	1356
15	Controles da Gestão	Atuação da auditoria interna: Ação direta de verificação e acompanhamento das recomendações da auditoria interna do IPPE.	Reitoria e demais <i>Campi</i>	Instrução Normativa CGU 24/2015	<p>Acompanhar os atos de gestão para atendimento das demandas da auditoria interna, referentes aos exercícios 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.</p> <p>Constatar a implementação das recomendações visando o fortalecimento dos controles internos, a mitigação dos riscos e a <i>compliance</i>.</p> <p>Encaminhar, mensalmente, ao conselho Superior e aos diretores gerais o relatório gerencial sobre as determinações e recomendações do TCU, da CGU e da AUDI, nos termos do art. 17 da IN CGU 024/2015.</p>	04 Servidores - Sendo 2 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	1652
16	Controles da Gestão	Atuação da auditoria interna: Elaborar o Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT, referente ao exercício de 2017.	Reitoria	Instrução Normativa CGU 24/2015	<p>Apresentar o resultado dos trabalhos realizados no exercício de 2017.</p> <p>Apresentar os resultados dos trabalhos realizados nos quadrimestres do exercício 2018, com a finalidade de subsidiar a elaboração do RAINT em janeiro de 2018.</p> <p>Assegurar aos gestores e administrados a informação das ações da auditoria interna.</p>	12 Servidores	520

17	Controles da Gestão	Atuação da auditoria interna: planejar os trabalhos de auditoria a serem realizados no exercício 2018 com a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna	Reitoria	Instrução Normativa CGU 24/2015	Planejar as ações das atividades de auditoria a serem desenvolvidas no decorrer do exercício de 2018. Assegurar aos gestores e administrados a informação das ações da auditoria interna.	12 Servidores	432	
18	Controles da Gestão	Prestação de Contas	Reitoria	IN/TCU e DN/TCU e NE/CGU vigente no exercício de apresentação do processo de contas.	Disponibilização dos conteúdos de responsabilidade da auditoria interna no relatório de gestão exercício 2017. Atuar no acompanhamento do cumprimento da norma sobre o processo de contas e resguardar o dever legal de prestar contas.	03 Servidores	380	
19	Controles da Gestão	Atuação da auditoria interna: ações assessoramento e fortalecimento da gestão.	Reitoria e demais <i>Campi</i>	IN SFC 03/2017; Decreto 3.591/2000 art. 15 § 6º e 4.304/2002, art. 158, § 6º.	Agregar valor ao gerenciamento da ação governamental a partir do fortalecimento da gestão. As atividades serão desenvolvidas em concomitância com as demandas do instituto e envolverá participação em reuniões de dirigentes da organização e a realização de assessoramentos sobre governança, riscos e controles internos.	11 Servidores - Sendo 9 Auditores, 1 Revisor e 1 Supervisor	1680	
<b>TOTAL</b>								<b>18276</b>

*Atéles*

## ANEXO II

## AS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

DESCRIÇÃO DO CURSO	STAPE	NOME	JUSTIFICATIVA	(RH) em H/H
GESTÃO EM QUALIDADE DO ENSINO	1357014	AÉRCIO JOSÉ PEREIRA	AÇÃO DE AUDITORIA DISPOSTA NO PAINT	40
PREPARATÓRIO CGAP IIA	1357014	AÉRCIO JOSÉ PEREIRA	CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NORMAS DE AUDITORIA INTERNA	40
REGIME DISCIPLINAR	1867177	DAVID LIMA VILELA	AÇÃO DE AUDITORIA DISPOSTA NO PAINT	40
PREPARATÓRIO CGAP IIA	1867177	DAVID LIMA VILELA	CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NORMAS DE AUDITORIA INTERNA	40
LICITAÇÕES E CONTRATOS/FONAI	2868378	EMERSON DA COSTA MELO	AÇÃO DE AUDITORIA DISPOSTA NO PAINT	40
PREPARATÓRIO CGAP IIA	2868378	EMERSON DA COSTA MELO	CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NORMAS DE AUDITORIA INTERNA	40
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES	2178314	FÁBIO DA SILVA PESSOA	AÇÃO DE AUDITORIA DISPOSTA NO PAINT	40
AUDITORIA DE PROCESSOS BASEADA EM RISCOS	2178314	FÁBIO DA SILVA PESSOA	AÇÃO DE AUDITORIA DISPOSTA NO PAINT	40
PREPARATÓRIO CGAP IIA	2178314	FÁBIO DA SILVA PESSOA	CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NORMAS DE AUDITORIA INTERNA	40
AUDITORIA DE PROCESSOS BASEADA EM RISCOS	187885	HELENA CRISTINA RODRIGUES ALVES	AÇÃO DE AUDITORIA DISPOSTA NO PAINT	40
PREPARATÓRIO CGAP IIA	187885	HELENA CRISTINA RODRIGUES ALVES	CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NORMAS DE AUDITORIA INTERNA	40
AUDITORIA DE PROCESSOS BASEADA EM RISCOS	1802985	JUSSARA RAFAELA B. DE REZENDE	AÇÃO DE AUDITORIA DISPOSTA NO PAINT	40
PREPARATÓRIO CGAP IIA	1802985	JUSSARA RAFAELA B. DE REZENDE	CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NORMAS DE AUDITORIA INTERNA	40
REGIME DISCIPLINAR	48832	MÁRCIA VERÍSSIMO DA SILVA	AÇÃO DE AUDITORIA DISPOSTA NO PAINT	40
AUDITORIA DE PROCESSOS BASEADA EM RISCOS	2089831	MARIA DAYANA LOPES DE OLIVEIRA	AÇÃO DE AUDITORIA DISPOSTA NO PAINT	40
PREPARATÓRIO CGAP IIA	2089831	MARIA DAYANA LOPES DE OLIVEIRA	CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NORMAS DE AUDITORIA INTERNA	40

AUDITORIA DE PROCESSOS BASEADA EM RISCOS	1620647	MELISSA CORDEIRO TORRES GALINDO	AÇÃO DE AUDITORIA DISPOSTA NO PAINT	40
PREPARATÓRIO CGAP IIA	1620647	MELISSA CORDEIRO TORRES GALINDO	CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NORMAS DE AUDITORIA INTERNA	40
AUDITORIA DE PROCESSOS BASEADA EM RISCOS	1855285	PAULO DE OLIVEIRA SEGUNDO	AÇÃO DE AUDITORIA DISPOSTA NO PAINT	40
PREPARATÓRIO CGAP IIA	1855285	PAULO DE OLIVEIRA SEGUNDO	CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NORMAS DE AUDITORIA INTERNA	40
AUDITORIA DE PROCESSOS BASEADA EM RISCOS	1804127	PAULO MARCELO SANTANA BARBOSA	AÇÃO DE AUDITORIA DISPOSTA NO PAINT	40
PREPARATÓRIO CGAP IIA	1804127	PAULO MARCELO SANTANA BARBOSA	CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NORMAS DE AUDITORIA INTERNA	40
AUDITORIA DE PROCESSOS BASEADA EM RISCOS	1591771	RAFAEL PENA CERQUEIRA FRIAS	AÇÃO DE AUDITORIA DISPOSTA NO PAINT	40
PREPARATÓRIO CGAP IIA	1591771	RAFAEL PENA CERQUEIRA FRIAS	CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NORMAS DE AUDITORIA INTERNA	40
<b>TOTAL DE HORAS</b>				<b>960</b>

*Rafael*



## ANEXO III

## METODOLOGIA PARA IDENTIFICAR OS PROCESSOS DE TRABALHO AS AÇÕES AUDITADAS EM 2018 CONF. ITEM 5.1 DO ANEXO X

Processo de Trabalho	Processos Paralelos de mesma substância	Avaliação de Gestão					Avaliação de Auditoria Interna					Total Geral	
		Probabilidade	Impacto	Média da Probabilidade	Média do Impacto	Gravidade do Risco	Probabilidade	Impacto	Média da Probabilidade	Média do Impacto	Gravidade do Risco		
3	Prestação de Contas	Descrição do(s) evento(s) que causou(m) o risco negativamente o processo de trabalho	5	3	4,5	3,0	13,5	5,0	4,0	4,3	3,3	13,8	13,7
			5	3	4,5	3,0	13,5	5,0	3,0	4,3	3,3	13,8	13,7
			4	3	4,5	3,0	13,5	3,0	3,0	4,3	3,3	13,8	13,7
			4	3	4,5	3,0	13,5	3,0	3,0	4,3	3,3	13,8	13,7
			3	5	3,0	5,0	15,0	4,0	4,0	4,0	3,3	13,3	14,2
2	Gestão de Recursos Humanos do Sistema de Contas do Governo Federal	Não disponibilizado as informações dentro do prazo previamente definido.	3	5	3,0	5,0	15,0	4,0	3,0	4,0	3,3	14,2	14,2
			3	5	3,0	5,0	15,0	4,0	3,0	4,0	3,3	13,3	14,2
3	Administração e Sistematização dos Prófios, Ações e Procedimentos Institucionais	Não utilização dos documentos orientadores e de manuais existentes, relativos aos procedimentos/práticas administrativas a serem observados pela gestão/instituições	3	5	3,0	5,0	15,0	4,0	3,0	4,0	3,3	14,2	13,5

4	Planejamento Institucional	2	5	1,7	5,0	8,3	4,0	3,0	4,7	3,3	15,6	11,9
5	Monitoramento dos Planos de Ação Institucionais	1	5	1,0	5,0	5,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	10,5
6	Plurifórum de Atuação e Desenvolvimento do IPIE	1	5	1,0	5,0	5,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	10,5
7	Política de Integração Institucional	1	5	1,0	5,0	5,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	8,5
8	Avaliação Institucional V SBMAES	1	5	1,0	5,0	5,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	10,5
9	Apoiar a Comissão preventiva de Avaliação da PRODEN	1	5	1,0	5,0	5,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	7,0
10	Avaliação Institucional Interna - Comissão Permanente de Avaliação	1	5	1,0	5,0	5,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	7,0
11	Formação e Êxito dos(as) estudantes - Apoio às ações de assistência estudantil, junho aos Catep	3	3	3,0	3,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	9,0
12	Missões Estudantis - Implementar ações de aproximação e integração do	3	2	3,0	2,0	6,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	9,0

*20*  
*2015*

13	Integração e Formação cívica - Fomentar os espíritos de diálogo com os(as) estudantes		3	2	3,0	2,0	6,0	2,0	2,0	2,3	2,3	2,3	2,0	5,4	5,7
	- O canal de comunicação escolhido pelo setor (WhatsApp) facilitar os espaços de diálogo.														
	- As informações são estarem em fácil acesso nos páginas oficiais do setor.		1	2	3,0	2,0	6,0	2,0	2,0	2,3	2,3	2,3	2,0	5,4	5,7
	- Não realização de dinâmicas		3	2	3,0	2,0	6,0	3,0	3,0	2,3	2,3	2,3	3,0	5,4	5,7
	- Ausência de convite dos campi para desentao (evento) dos trabalhos		3	3	3,0	3,5	10,5	4,0	3,0	3,3	2,8	2,8	3,0	8,9	9,7
	- Logística para a realização de visitas filarmônicas		3	3	3,0	3,5	10,5	3,0	3,0	3,3	2,8	2,8	3,0	8,9	9,7
14	Programa executivo de atenção à saúde dos(as) estudantes		5	4	3,0	3,5	10,5	3,0	2,0	3,3	2,8	2,8	2,0	8,9	9,7
	- Falta de divulgação das atividades nos campi em que as mesmas serão realizadas		1	4	3,0	3,5	10,5	3,0	3,0	3,3	2,8	2,8	3,0	8,9	9,7
15	Programas de Assistência Estudantil - Condições de acesso à educação Profissional e Técnica (CPT)		2	2	2,0	2,0	4,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	25,0	14,5
	- Falta de comunicação entre a D/AE e o PROAD		2	2	2,0	2,0	4,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	25,0	14,5
16	Programas de Assistência Estudantil - Por meio de editais não contemplados na ação 2004		2	2	2,0	2,0	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	6,5
	- Pretensões do setor como falta de planejamento do orçamento		2	2	2,0	2,0	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	6,5
17	Eventos Estudantis - Apoio à participação dos docentes		2	2	2,0	2,0	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	6,5
18	Política Espiritiva de Incentivo - Apoio, junto aos professores do Ensino Médio, a participação dos discentes nos JF's (Jogos dos Institutos Federais)		5	4	5,0	4,0	20,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	14,5
	- Tempo exigido para o planejamento e execução, ausência de editais autorizados dos campi, alterações nas datas da Realização (evento)														
	- Recurso financeiro limitado para atendimento da demanda;														
19	Políticas de Ensino		3	4	3,0	4,0	12,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	14,0
	Falta de articulação entre Prolet e os Campi.														

20	Oferta e sucesso nos Cursos Técnicos e Superiores	Falta de condições físicas e recursos humanos;	3	4	3,0	4,0	12,0	3,0	4,0	2,7	3,7	9,8	10,9
		A não realização do estudo de viabilidade;	3	4	3,0	4,0	12,0	3,0	4,0	2,7	3,7	9,8	10,9
		Não aprovação dos cursos no consup.	3	4	3,0	4,0	12,0	2,0	3,0	2,7	3,7	9,8	10,9
		Falta de recursos financeiros para pagar os formulários;	3	4	2,7	3,3	8,9	3,0	3,0	3,7	3,3	12,2	10,6
21	Formação continuada docente	Falta de planejamento das atividades;	2	3	2,7	3,3	8,9	4,0	3,0	3,7	3,3	12,2	10,6
		Falta de alinhamento entre as temáticas trabalhadas e os assuntos de interesse dos docentes.	3	3	2,7	3,3	8,9	4,0	4,0	3,7	3,3	12,2	10,6
		Falta de articulação entre as redes de ensino (municipal e estadual).	2	3	2,7	3,5	9,3	4,0	4,0	3,8	3,0	11,3	10,3
		Falta de políticas específicas para os cursos de Licenciatura;	2	4	2,7	3,5	9,3	4,0	4,0	3,8	3,0	11,3	10,3
22	Formação de professores para a Educação Básica	Falta de professores para atuarem nos cursos de Licenciatura;	3	4	2,7	3,5	9,3	3,0	3,0	3,8	3,0	11,3	10,3
		Falta de incentivo aos estudantes dos cursos de Licenciatura.	3	3	2,7	3,5	9,3	4,0	4,0	3,8	3,0	11,3	10,3
		Falta de recursos financeiros para custear as reuniões	3	4	3,0	4,0	12,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	10,5
		Falta de articulação entre os Coordenadores de área e os Cursos de Licenciatura	3	3	3,0	4,0	12,0	4,0	4,0	4,0	4,0	12,0	12,0
24	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência	Falta de articulação entre o Proreitor e a Política de Formação Docente Nacional	3	5	3,0	4,0	12,0	4,0	3,0	4,0	12,0	12,0	

*DF/ES*

25	Acompanhamento das atividades de ensino das docentes	Não procedimentos presentificados no cronograma do plano de trabalho docente	5	4	4,0	4,0	16,0	3,0	4,0	3,0	4,0	4,0	12,0	14,0
26	Política de acesso, permanência e êxito	Falta de conhecimento e cumprimento da Normatização do Trabalho Docente  Não realização do trabalho de acompanhamento das comissões locais;	3	4	4,0	4,0	16,0	3,0	4,0	3,0	4,0	4,0	12,0	14,0
27	Análise e emitir pareceres pedagógicos sobre PPC, Estudo de viabilidade e Currículo	Falta de conhecimento dos documentos necessários para elaboração do PPC.  Prazo inadequado de envio do documento (PPC);  Falta de Associação Pedagógicas	4	4	4,0	4,0	16,0	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0	10,0	13,0
28	Normalizar orientações para elaboração do Currículo Avaliáveis da Cengraf	Não elaboração da normatização	4	4	4,0	4,0	16,0	3,0	4,0	3,0	4,0	4,0	12,0	14,0
29	Assessoria ao Fórum de PRODEJA	Recursos Organizacionais para realização do evento.	2	4	2,0	4,0	8,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	8,5
30	Gestão Acessíveis dos Cursos do IPE	Deficiência, ausência de rede de internet;  Deficiência de pessoal;  Escassez de recursos para aquisição de parafusos metálicos no sistema;  Falta de material específico como livros/livras para construção de Diapontas.	4	2	3,8	2,8	10,9	3,0	3,0	3,8	3,3	3,3	12,8	11,8
			4	3	3,8	2,8	10,9	4,0	4,0	3,8	3,3	3,3	12,8	11,8
			5	3	3,8	2,8	10,9	4,0	4,0	3,8	3,3	3,3	12,8	11,8
			2	3	2,8	2,8	10,9	4,0	3,0	3,8	3,3	3,3	12,8	11,8

*Reles*



35	Regimentos e documentos orientadores do Sistema de Bêchocas SIBI-JFPE	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
36	Grupos de Trabalho SIDI-IPPE	3	3	3,0	3,0	9,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	4,0	6,5
	Falta de informação por parte dos interessados	3	1	2,3	2,6	6,0	4,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,6	8,1
	Acesso em disponibilização dos dados pelo INEP	2	2	2,3	2,6	6,0	4,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,6	8,3
	Falta nos dados disponibilizados pelo INEP	1	4	2,3	2,6	6,0	3,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,6	8,3
	Erro na atualização do SICREAC	1	4	2,3	2,6	6,0	4,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,6	8,3
	Erro no funcionamento do SICREAC	2	2	2,3	2,6	6,0	4,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,6	8,3
37	Certificação do Distrito Médio em base no ENEM	3	2	2,3	2,6	6,0	4,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,6	8,3
	Processos de solicitação com documentação insuficiente	3	2	2,3	2,6	6,0	4,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,6	8,3
	Processos de solicitação com documentação falsificada ou adulterada	2	3	2,3	2,6	6,0	3,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,6	8,3
	Certificação impressa, fotos Copiadas com informações erradas ou divergentes	3	3	2,3	2,6	6,0	3,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,6	8,3
	Ocorrência Exatidão de certificado	2	4	2,3	2,6	6,0	3,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,6	8,3
	Monetidade na tramitação dos processos de certificação	3	3	2,3	2,6	6,0	4,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,6	8,3





43	Avaliação dos Cursos Técnicos	Análise da Política de Avaliação de Cursos Técnicos no IPEE	5	5	5,0	5,0	5,0	25,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	4,0	14,5
		Não consultou comissão	3	4	3,0	4,0	12,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	10,5
44	Gestão Processo seletivo do SISU	Não ter acesso ao sistema SISU	3	4	3,0	4,0	12,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	10,5
		Não formalizar Termos de Adesão	3	4	3,0	4,0	12,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	10,5
		Não obterem Cálculo	3	4	3,0	4,0	12,0	3,0	3,5	3,0	3,0	3,0	3,0	10,5	11,3
45	Organizar a agenda da Pró-Reitoria com os estudantes	Atuar de intermediários dos cursos	3	4	3,0	4,0	12,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	10,5	11,3
46	Coordenar e organizar a execução das atividades administrativas da Pró-Reitoria	Não organizar as atividades administrativas	3	4	3,0	4,0	12,0	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	12,0	12,0
		Não estabelecer procedimentos para organização da dinâmica do setor	3	4	3,0	4,0	12,0	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	12,0	12,0
47	Políticas de projetos, projetos e cursos de Extensão	Recursos, indisponibilidade de agenda dos gestores de extensão	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	4,0	3,0	4,0	3,0	3,0	12,0	10,5
48	Fomento e acompanhamento de atividades de extensão	Recursos, indisponibilidade ou agenda dos gestores de extensão	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	4,0	3,0	4,0	3,0	3,0	12,0	10,5
49	Financiamento externos	México necessário de submissão de Projetos	4	3	4,0	3,0	12,0	4,0	4,0	3,0	4,0	3,0	3,0	12,0	12,0
50	Política Acadêmica e Relações de Trabalho	- Falta de conhecimento dos documentos que orientam os Esboços e os espaços para seu desenvolvimento (Projeto Pedagógico do curso; a Organização Acadêmica; o Documento Orientador de Estudos; o Documento que regulamenta o Acompanhamento dos Egressos);	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	4,0	3,0	4,0	3,0	3,0	12,0	10,5

*Beles*

		3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
	- Falta de disponibilização de alguns documentos solicitados em página de Instituição;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
	- Falta de conexão e alinhamento entre os documentos Institucionais;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
	- Falta de diagnóstico sobre a qualidade das várias Técnicas e o resultado por elas realizadas;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
	- Falta de documento que normalize as vistas gerenciais no momento de divulgação institucional e práticas	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
	- Falta de conhecimento e utilização dos documentos normadores das Escolas e Esposos do IPPE como articulador da estratégia;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
	- Falta de aplicabilidade de estratégias que visabilizem a relação com as empresas possibilitando apresentar o potencial institucional de formação e de experiências profissionais;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
51	Estágios, egressos, egressos e empreendedores	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
	- Falta de uma Política Institucional de Egressos (incluindo também no tratamento dos estúdios), Especial e encaminhamento sobre a relação Formação-Egresso-Mundo do Trabalho no âmbito do Treinamento;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
	- Falta de conhecimento sobre os documentos das instituições parceiras para a formalização dos Estágios, dificuldade de fluxo e burocracia a viabilidade de formalização e inclusão dos mesmos;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
52	Políticas de interação entre a sociedade	3	3	3,0	3,0	9,0	5,0	3,0	5,0	3,0	15,0	12,0
	Baixa de carga horária e disponibilidade dos Professores para que possam se envolver e orientar os estudantes nas atividades de extensão junto as comunidades;	3	3	3,0	3,0	9,0	5,0	3,0	5,0	3,0	15,0	12,0
	Número quantitativo de servidores é insuficiente para atender o potencial artístico e cultural do IPPE, como também para mobilizar e acompanhar ações nos Campi, sobretudo no Pia-Biblioteca de Extensão;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,1	3,1	12,7	10,9
53	Políticas de Eventos e Cultura	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,1	3,1	12,7	10,9
	Necessidade de investir informações sobre a produção artística e cultural nos Campi;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,1	3,1	12,7	10,9
	Dificuldade de acompanhar as ações realizadas nos Campi. Talvez reforçar os canais de comunicação, e contar com o apoio das direções de extensão;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,1	3,1	12,7	10,9

*Heles*

	O uso de equipamentos de registro fotográficos e audiovisuais está limitado ao uso coletivo, em alguns casos, dificultando seu uso pelo grande demandar;	3	3	3,0	3,0	9,0	3,0	3,0	4,1	3,3	12,7	10,9
	A Representação do IPE em eventos externos que não dialogam diretamente ou indiretamente com as diretrizes do Estatuto;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,1	3,1	12,7	10,9
	A articulação de ações com os Campi, em alguns casos exigem rapidez e não são desenvolvidas correspondências pelas UFRJ's de extensão nos Campi;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,1	3,1	12,7	10,9
	Necessidade de construir um portal de informações on-line para realizar divulgações e atender a todas as transparências (LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVENBRO DE 2011).	3	3	3,0	3,0	9,0	5,0	4,0	4,1	3,1	12,7	10,9
	Deixar recursos necessários para a manutenção da comissão assessoria artísticos e culturais, considerando os entes burocráticos e burocráticos;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,1	3,1	12,7	10,9
	Inexistência de um serviço autorizado para a emissão de certificados das ações organizadas pelo PROEXT e Campi;	3	3	3,0	3,0	9,0	5,0	3,0	4,1	3,1	12,7	10,9
	O IPEB não dispõe de orçamento financeiro para fomentar eventos promovidos pela secretaria dos Campi e, sobretudo, nas comunidades atendidas pelo IPEB.	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,1	3,1	12,7	10,9
54	Políticas de Incentivo e Cidadania	3	5	3,0	5,0	15,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	13,5
	Demora na imitação de componentes para composição de portaria; falta de recursos para férias e passagens dos membros da comissão;	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
55	Políticas de Assistência Técnico e Extensão Rural	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
	Falta de proximidade com o tema.	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
56	Ações estruturantes para execução do decreto PPADE	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
	Falta de articulação entre os nutricionistas e as/os agricultoras/agricultores familiares	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5
	dificuldades administrativas quanto ao uso do recurso	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	10,5

*Steltes*



62	Financiamento externos	AUSÊNCIA DE FUNDAÇÃO PARA AÇÕES EXTERNAS DE CAPTAÇÃO;	5	5	5,0	5,0	5,0	25,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	4,0	4,0	14,5
		POUCO PESSOAL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE EDITAIS;	5	5	5,0	5,0	25,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	4,0	4,0	14,5
		POUCOS PESQUISADORES AINDA COM AMADURECIMENTO E CURRÍCULO FAVORÁVEL.	5	5	5,0	5,0	25,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	4,0	4,0	14,5
		Contingenciamento dos recursos de custeio e investimento do NIT;	3	5	3,0	3,7	11,0	4,0	3,0	3,7	3,0	3,0	3,0	3,0	11,0	11,0	11,0
63	Propriedade Intelectual	Modificações no processo de submissão por parte do JINH;	3	3	3,0	3,7	11,0	3,0	3,0	3,7	3,0	3,0	3,0	3,0	11,0	11,0	11,0
		Baixa produção de PIs por parte das pesquisas do IFPE;	3	3	3,0	3,7	11,0	4,0	4,0	3,7	3,0	3,0	3,0	3,0	11,0	11,0	11,0
		Constituição do PPCa não afetação as políticas institucionais;	3	5	2,6	3,8	9,9	4,0	4,0	3,4	3,0	3,0	3,0	3,0	9,5	9,5	9,7
		Problemas nas anulações dos ATJCNs à Capes (Suaço Senor);	2	3	2,6	3,8	9,9	3,0	3,0	3,4	2,0	2,0	2,0	2,0	9,5	9,5	9,7
64	PIs graduação	Foco no cadastramento dos alunos no SISTEC;	2	3	2,6	3,8	9,9	3,0	3,0	3,4	2,0	2,0	2,0	2,0	9,5	9,5	9,7
		Ratão desproporcional entre orientadores e orientandos;	3	3	2,6	3,8	9,9	3,0	3,0	3,4	3,0	3,0	3,0	3,0	9,5	9,5	9,7
		Baixa produção intelectual.	3	5	2,6	3,8	9,9	4,0	4,0	3,4	4,0	4,0	4,0	4,0	9,5	9,5	9,7
65	Políticas de Eventos Institucionais	A. Inexistência de Políticas de eventos (Institucional)	5	5	5,0	5,0	25,0	5,0	5,0	5,0	3,0	3,0	3,0	3,0	15,0	15,0	20,0
66	Cartorial e Protocolo	Quebra de Protocolo	5	5	5,0	5,0	25,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	4,0	4,0	14,5

*Heles*

67	Execução de Eventos	Não existe descrição de responsáveis	5	5	5,0	5,0	25,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	17,0
68	Reverso de Conferência	Eventos Programados que não respeitaram a tolerância de 25 dias do dia do evento	4	4	4,0	4,0	16,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	12,5
69	Falta de Profissional em eventos	Conhecimento especializado na área de eventos e Equipe para desenvolver as diversas funções administrativas e específicas do setor de eventos, como locais de escritórios, estagiários	4	4	4,0	4,0	16,0	4,0	4,0	4,0	4,0	12,0	14,0	
70	Imagem Institucional	O sucesso no evento poderá ficar a imagem da instituição com: queda de matrícula, atraso, perda de objetividade, falta de planejamento e etc.	4	4	4,0	4,0	16,0	3,0	3,0	4,0	4,0	12,0	14,0	
71	Eventos não Programados	A não realização do evento	4	4	4,0	4,0	16,0	2,0	2,0	4,0	4,0	8,0	12,0	
72	A definição de um calendário pontualmente	Deficiência na organização e dificuldade a divulgação para os públicos de interesse. Eventos usuais.	3	3	3,0	3,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	9,0	
73	Orçamento e limitações financeiras	A não realização de eventos	3	3	3,0	3,0	9,0	2,0	2,0	4,0	4,0	8,0	8,5	
74	Local apropriado	De difícil acesso para realização de eventos	3	3	3,0	3,0	9,0	3,0	3,0	3,0	2,0	6,0	7,5	
75	Ouvimento	Ausência de reuniões sistemáticas em todos os campi.	3	4	3,0	4,0	12,0	5,0	5,0	3,0	3,0	15,0	13,5	
76	Poltronagem dos Campi de Goiânia	A não adesão ao sistema e-Davi ou falta de formulários de manifestações padronizadas.	3	4	3,0	4,0	12,0	5,0	5,0	3,0	3,0	15,0	13,5	
77	Sistematização das informações de Ouvidoria	Falta de monitoramento da Ouvidoria por uma instância superior	3	4	3,0	4,0	12,0	5,0	5,0	3,0	3,0	15,0	13,5	
78	Relatórios Oficiais e Financeiros	Falta de uniformidade na execução do relatório.	4	4	4,0	4,0	16,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	12,5	

79	Existências físicas	Falta de uniformidade na execução do inventário.	4	4	4,0	4,0	16,0	3,0	4,0	3,0	4,0	3,0	4,0	17,0	14,0
80	Sistema de Contabilidade Patrimonial	Falta de harmonização no Sistema que atenda às necessidades da Instituição, no tocante ao reconhecimento da legislação. Ex.: análise de valor patrimonial dos bens, incorporação de bens, entrada por produção dos empreendimentos, dentre outros.	4	4	4,0	4,0	16,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	12,5
81	Bens Imobiliários	Falta de avaliação dos imóveis;	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,5	17,8
		Falta de expedição de escrituras óscas (registro, etc) tocante à função de cadastro do SP/Unic.	5	5	5,0	5,0	25,0	3,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,5	17,8
82	Avaliação de Bens Imobiliários	Falta de avaliação dos imóveis;	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,5	17,8
		Falta de cadastramento de servidões deste Instituto, no tocante à função de cadastro do SP/Unic.	5	5	5,0	5,0	25,0	3,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,5	17,8
83	Conservação de Bens Imobiliários	Falta de procedimentos para realização dos serviços preventivos e corretivos de manutenção global;	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	20,5
		Falta de procedimento para realização de diagnósticos dos problemas estruturais no imóvel;	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	20,5
84	Bases de Bens Imobiliários	Ausência de procedimento para armazenamento e atualização dos serviços de manutenção pela Coordenação do patrimônio.	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	20,5
		Falta de avaliação dos imóveis;	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,5	17,8
85	Utilização dos Bens Imobiliários	Falta de expedição de serviços deste Instituto, no tocante à função de base de imóveis do SP/Unic.	5	5	5,0	5,0	25,0	3,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,5	17,8
		Falta de orientação referente à legislação e acompanhamento do Sienr. competente quanto a reformas, outras e demais intervenções no imóvel.	5	5	5,0	5,0	25,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	17,0
86	Avaliação de Bens Imobiliários	Falta de avaliação dos imóveis;	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	3,0	3,5	3,0	3,5	3,0	10,5	17,8

*Handwritten signature*





98	Baixas dos Bens Agropecuários	Atendência dos registros de baixa de semovantes e de vendas de bovinos/groças/porcos/matadouro pelos Campesinato agrícolas	3	5	3,0	5,0	15,0	3,0	4,0	3,0	4,0	3,0	4,0	12,0	33,5
99	Conservação de Bens Agropecuários	Ausência de procedimentos técnicos para a conservação dos bens agropecuários	3	5	3,0	5,0	15,0	3,0	4,0	3,0	4,0	3,0	4,0	12,0	13,5
100	Utilização de Bens Agropecuários	Ausência de procedimentos técnicos para a utilização dos bens agropecuários	3	5	3,0	5,0	15,0	3,0	4,0	3,0	4,0	3,0	4,0	12,0	13,5
101	Avaliação de Bens Agropecuários	Ausência dos registros de Amortização, Depreciação e Exatidão dos bens agropecuários.	3	5	3,0	5,0	15,0	3,0	4,0	3,0	4,0	3,0	4,0	9,0	12,0
102	Administração e Controle da Matéria	Materiais em excesso no estoque e próximos da data do vencimento	3	4	3,0	4,0	12,0	3,0	4,0	3,0	4,0	3,0	4,0	12,0	12,0
103	Sistemas de Controle de Estoques	Falta de registros no Sistema que atendam às necessidades da legislação, no tocante ao cumprimento da legislação. Ex.: cálculo do ponto de ressuprimento, entrada por produção dos materiais, dentre outros.	4	4	4,0	4,0	16,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	12,5
104	Formalização Legal	Dessinhamento da instrução processual pelo repórter	4	3	3,1	3,1	9,7	4,0	3,0	3,3	3,2	3,2	3,2	10,6	10,1
		Especificação incorreta de objeto	3	5	3,3	3,1	9,7	4,0	3,0	3,3	3,2	3,2	3,2	10,6	10,1
		Justificativa incorreta ou inadequada	3	3	3,1	3,1	9,7	4,0	3,0	3,3	3,2	3,2	3,2	10,6	10,1
		Ausência de assinaturas e identificação do servidor (legitimidade, Chave Inicial e matricial de acesso)	5	3	3,1	3,1	9,7	3,0	3,0	3,3	3,2	3,2	3,2	10,6	10,1
		Ausência ou presença de preços inadequados	3	3	3,1	3,1	9,7	3,0	3,0	3,3	3,2	3,2	3,2	10,6	10,1
		Ausência de Meça de preços	2	2	3,1	3,1	9,7	3,0	4,0	3,3	3,2	3,2	10,6	10,1	



105	Parcâmetro do objeto	Falta de acompanhamento de licitações de outros órgãos com objetos comuns ao que está em curso	3	3	3,6	3,2	11,5	4,0	4,0	4,0	4,0	3,6	14,4	13,0
		Duplicidade de itens nas licitações simultâneas	3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	12,5
		Especificações que dificultam ou restringem a participação	2	3	2,3	3,0	7,0	3,0	4,0	3,3	4,0	4,0	13,3	10,2
107	Licitação Competitividade	Exigências habilitatórias excessivas	2	3	2,3	3,0	7,0	3,0	4,0	3,3	4,0	4,0	13,3	10,2
		Ausência de adequação do objeto a localização geográfica dos Comitês	3	3	2,3	3,0	7,0	4,0	4,0	3,3	4,0	4,0	13,3	10,2
		Atividade não possui setor responsável pela sua execução	0	0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	4,5
108	Análise da Eficiência e Eficácia	Desconhecimento de indicadores	0	0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	4,5
		Desconhecimento da instrução processual pelo requisitante	4	3	3,3	3,2	10,7	4,0	3,0	3,4	3,4	3,4	11,5	11,1
		Especificação incompleta do objeto	3	5	3,3	3,2	10,7	4,0	3,0	3,4	3,4	3,4	11,5	11,1
109	Dispensa e Inexigibilidade	Justificativa incompleta ou inadequada	3	3	3,3	3,2	10,7	4,0	3,0	3,4	3,4	3,4	11,5	11,1
		Ausência de assinatura e identificação do servidor (Legislação, Chefe Credenciado e conteúdo de despesa)	5	3	3,3	3,2	10,7	3,0	3,0	3,4	3,4	3,4	11,5	11,1
		Pesquisa de preços inadequada	3	3	3,3	3,2	10,7	3,0	4,0	3,4	3,4	3,4	11,5	11,1



112	Fiscalização Interna	Palha nos critérios de execução dos fiscais	5	3	3,5	3,1	10,9	3,0	3,0	2,6	7,9	9,4
		Divergência no procedimento de prestação das pontagens	4	3	3,5	3,1	10,9	2,0	3,0	2,6	7,9	9,4
		Inexistência de reuniões periódicas entre a CCON e os fiscais da Região	4	3	3,5	3,1	10,9	3,0	3,0	2,6	7,9	9,4
		Falta de comunicação direta (CCON e usuários requisitantes)	3	3	3,5	3,1	10,9	2,0	3,0	2,6	7,9	9,4
		Divergência dos fiscais em apresentar a justificativa de renovação contratual	4	3	3,5	3,1	10,9	3,0	3,0	2,6	7,9	9,4
		Falta de emissão dos fiscais	4	4	3,5	3,1	10,9	3,0	3,0	2,6	7,9	9,4
		Não disponibilização dos fiscais de documentação necessária para a fiscalização (salvo com o tempo)	2	3	3,5	3,1	10,9	2,0	3,0	2,6	7,9	9,4
		Procedimentos de fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia em paralelo ao manual de gestão e fiscalização de contratos do IPT	2	3	3,5	3,1	10,9	3,0	3,0	2,6	7,9	9,4
		Divergência dos fiscais em apresentar a justificativa de renovação contratual/proteção	4	3	3,4	3,6	12,2	3,0	3,0	3,2	9,6	10,9
		Descumprimento do prazo de tramitação processual previsto na LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 durante o processamento de requisição	4	4	3,4	3,6	12,2	3,0	3,0	3,2	9,6	10,9
113	Extrajudicial de pontos legais	Divergência da contabilidade em preparar a regularização das certidões para que seja realizada a renovação contratual	2	4	3,4	3,6	12,2	3,0	4,0	3,2	9,6	10,9
		Não fornecimento dos dados atualizados da empresa contratada (salvo com o tempo) através de atas nas reuniões dos fiscais	3	3	3,4	3,6	12,2	3,0	3,0	3,2	9,6	10,9



120	Execução Interna da Execução	A REITORIA NÃO POSSUI CONVÊNIO FIRMADO	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	3,0	1,0	3,0	3,0	1,5
121	Prestação de Contas	A REITORIA NÃO POSSUI CONVÊNIO FIRMADO	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	3,0	1,0	3,0	3,0	1,5
122	Inspecção Física de Execução	A REITORIA NÃO POSSUI CONVÊNIO FIRMADO	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	3,0	1,0	3,0	3,0	1,5
123	Formalização Legal	A REITORIA NÃO POSSUI CONTRATO DE CONCESSÃO	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	3,0	4,0	3,0	3,0	1,5
124	Inspecção Física da Execução	A REITORIA NÃO POSSUI CONTRATO DE CONCESSÃO	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	3,0	1,0	3,0	3,0	1,5
125	Estimativas das Receitas	Existência de procedimentos e instruções operacionais padronizados sistematicamente e postos em documentos formais.	4	3	4,0	3,0	12,0	3,0	5,0	3,0	4,3	3,3	14,4	13,2
		Falta de Plano de Ação específico.	4	3	4,0	3,0	12,0	3,0	5,0	3,0	4,3	3,3	14,4	13,2
		Não recebimento de informações não atual.	4	3	4,0	3,0	12,0	3,0	3,0	3,0	4,3	3,3	14,4	13,2
126	Fixação das Despesas Correntes	Inexistência de procedimentos e instruções operacionais padronizados sistematicamente e postos em documentos formais.	4	3	4,0	3,0	12,0	5,0	5,0	3,0	4,3	3,0	13,0	12,5
		Falta de Plano de Ação específico.	4	3	4,0	3,0	12,0	5,0	5,0	3,0	4,3	3,0	13,0	12,5
127	Fixação das Despesas de Capital	Não recebimento de informações das Pró-Reitorias e campi.	4	3	4,0	3,0	12,0	3,0	3,0	3,0	4,3	3,0	13,0	12,5
		Inexistência de procedimentos e instruções operacionais padronizados sistematicamente e postos em documentos formais.	4	3	4,0	3,0	12,0	5,0	5,0	3,0	4,3	3,0	13,0	12,5





132	Execução dos Recursos	Falta de servidores para que se possa dotar as atribuições da execução da Região e trabalhar como Setorial de Órgão.	4	4	4,0	4,0	16,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,3	9,8	13,9
			4	4	4,0	4,0	16,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,3	9,8	12,9
			4	4	4,0	4,0	16,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,3	9,8	12,9
			4	4	4,0	4,0	16,0	3,0	4,0	3,0	3,3	9,8	12,9	
133	Acompanhamento da Execução do Órgão	Falta de servidores para que se possa dotar as atribuições da execução da Região e trabalhar como Setorial de Órgão.	4	3	4,0	3,0	12,0	5,0	3,0	4,5	3,3	14,6	11,1	
			4	3	4,0	3,0	12,0	4,0	3,0	4,5	3,3	14,6	13,3	
			4	3	4,0	3,0	12,0	4,0	3,0	4,5	3,3	14,6	13,3	
			4	3	4,0	3,0	12,0	4,0	4,0	4,5	3,3	14,6	13,3	
134	Prestação de Contas	Inexistência de procedimentos e instruções operacionais padronizados sistematicamente e postas em documentos formais.	3	3	3,0	3,0	9,0	5,0	3,0	4,5	3,5	15,8	12,4	
			3	3	3,0	3,0	9,0	4,0	4,0	4,5	3,5	15,8	12,4	
			2	2	2,0	2,0	4,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	8,0	
			4	3	4,0	3,0	12,0	5,0	3,0	4,8	3,3	15,4	13,7	

*Handwritten signature:* F. F. F. F.







150	Disseminação polivalente do docente	Falta ou desatualização do material didático impresso	5	2	3,4	3,0	10,2	3,0	3,0	4,4	3,4	15,0	12,6
		Faltas no ambiente virtual	3	3	3,4	3,0	10,2	4,0	3,0	4,4	3,4	15,0	12,6
		Má qualidade de conexão com internet nos polos	4	3	3,4	3,0	10,2	5,0	4,0	4,4	3,4	15,0	12,6
		Impossibilidade de cumprimento do Calendário de aula	2	3	3,4	3,0	10,2	5,0	3,0	4,4	3,4	15,0	12,6
		Faltas no cumprimento das atribuições docentes e didáticas	3	4	3,4	3,0	10,2	5,0	4,0	4,4	3,4	15,0	12,6
151	Adequação processo pedagógico do docente	Método reatância de surpresas e colaborações	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	18,5
152	Copilhação de recursos	Não cumprimento dos prazos das cópias e chamadas para cópia	1	5	1,0	5,0	5,0	5,0	4,0	5,0	4,0	20,0	12,5
		Falta do pessoal	4	3	3,0	3,5	10,5	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	9,8
153	Convênios na modalidade EAD	Multitarefa no exclusão do processo do convênio	2	4	3,0	3,5	10,5	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	9,8
154	Prestação de contas e acompanhamento dos recursos ilicítos na modalidade EAD	Não realizar a prestação de contas	2	3	2,0	3,0	6,0	5,0	3,0	5,0	3,0	15,0	10,5
		Ausente/retardação de recursos de encargos de curso e convênio	3	3	4,3	3,7	15,9	4,0	3,0	4,7	3,3	15,6	15,7
155	Processo seletivo das colaborações	Escassez do pessoal com conhecimento específico	5	4	4,3	3,7	15,9	5,0	3,0	4,7	3,3	15,6	15,7

*Handwritten signature*



161	Plano Diretor Física	Ausência de plano diretor físico do IPE	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	3,0	4,0	3,0	3,0	12,0	18,5
162	Levantamento topográfico	Ausência de levantamento topográfico completo	5	5	5,0	5,0	25,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	17,0
163	Cadastro técnico	Ausência de Levantamento Cadastral de bens imobiliários do IPE	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	3,0	4,0	3,0	3,0	12,0	18,5
		Ausência de programa de acessibilidade para obras concluídas	5	5	5,0	5,0	25,0	5,0	5,0	3,7	5,0	4,0	3,7	18,3	21,7
164	Programa de acessibilidade	Ausência de programa de acessibilidade para projetos de reformas, adequações, ampliações, demolições	5	5	5,0	5,0	25,0	5,0	5,0	3,7	5,0	4,0	3,7	18,3	21,7
		Ausência de programa de acessibilidade para projetos de acessibilidade	5	5	5,0	5,0	25,0	5,0	5,0	3,7	5,0	4,0	3,7	18,3	21,7
165	Elaboração de Projetos de obras construídas	Ausência de profissionais projetistas; Grande volume de projetos para atender às necessidades das Câmpis	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	3,0	4,0	3,0	3,0	12,0	18,5
		Ausência de profissionais projetistas	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	3,0	4,0	3,0	3,0	12,0	18,5
166	Projetos de reformas	Ausência de mão de obra especializada: Eng. Civil (Cálculo Estrutural), Eng. Civil (Inst. Hidrossanitárias), Eng. Civil (Ternoplentagem, Ar-condicionado, impermeabilização, etc.), Eng. Mecânica (Ar Condicionado);	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	3,0	4,0	3,0	3,0	12,0	18,5
167	Projetos de acessibilidade	Ausência de profissionais projetistas	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	3,0	4,0	3,0	3,0	12,0	18,5
		Ausência de procedimentos operacionais	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	3,5	4,5	3,0	3,5	15,8	20,4
168	Análise de Projetos	Ausência de qualidade dos projetos construídos com excessivas análises e revisões	5	5	5,0	5,0	25,0	5,0	5,0	3,5	4,5	4,0	3,5	15,8	20,4
169	Controle de Projetos	Ausência de recursos técnicos do controle e acompanhamento de Projetos	4	3	4,3	3,7	15,9	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	12,4

*Rosely*

			4	3	4,3	3,7	15,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	12,4
		Desempenhamto de prazos de entrega de projetos	4	3	4,3	3,7	15,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	12,4
		Estrategia de projetos sem compatibilização	5	5	4,3	3,7	15,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	12,4
	170	Contratação paralela à contratação de projetos	5	3	5,0	3,0	15,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	13,5
	171	Contratação paralela à contratação de projetos e sondagem	5	3	5,0	3,0	15,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	13,5
		Os campi agrícolas executam construções de poluição executam obras de serviços de reforma sem o conhecimento do DOPE	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	4,0	3,8	15,0	20,0
		Os campi agrícolas executam construções de poluição para sua o conhecimento do DOPE	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	4,0	3,8	15,0	20,0
	172	Obras de reforma	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	3,0	4,0	3,8	15,0	20,0
		Ausência de procedimentos técnicos para execução de projetos obras e serviços de engenharia nos campi	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	4,0	3,8	15,0	20,0
		Solicitação de projetos e execução de serviços de reforma em grande volume para os campi da expansão III	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	4,0	3,8	15,0	20,0
		Impedimento de obtenção de Aprovações de projetos e respectivas Licenças, tendo em vista a situação irregular do Campus Curitiba, quanto ao "habite-se"	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	20,5
	173	Obras novas nos campi em fase de planejamento	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	20,5
		Impedimento de obtenção de Aprovações de projetos e respectivas Licenças, tendo em vista a situação irregular do Campus Ipiranga, quanto ao "habite-se"	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	20,5
	174	Obras nas unidades de expansão	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	18,5
		Terminagem incompleta e terreno afetado de parte do Campus Abreu e Lima	5	5	5,0	5,0	25,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	18,5

*Reles*



175	Obras em geral	Ausência de apresentação de documentação formal das obras	3	3	3,0	3,0	3,0	9,0	4,0	2,0	4,0	2,0	8,0	8,5
		Ausência de padronização dos procedimentos de fiscalização	3	5	4,6	4,8	22,0	4,0	2,0	3,6	2,8	10,0	16,0	
		Ausência de profissionais para fiscalização executada para fiscalização de obras	5	5	4,6	4,8	22,0	4,0	3,0	3,6	2,8	10,0	16,0	
		Foco de profissionais para a fiscalização de obras e projetos	5	5	4,6	4,8	22,0	4,0	3,0	3,6	2,8	10,0	16,0	
		Fiscalização executada feita por um único fiscal	5	5	4,6	4,8	22,0	4,0	3,0	3,6	2,8	10,0	16,0	
176	Fiscalização	Interferência da AUDI como agente fiscalizador	5	5	4,6	4,8	22,0	1,0	3,0	3,6	2,8	10,0	16,0	
		Interferência de Gestores dos campi no serviço de fiscalização.	5	5	4,6	4,8	22,0	4,0	3,0	3,6	2,8	10,0	16,0	
		Demora no procedimento de emissão das portarias de fiscalização	5	5	4,6	4,8	22,0	4,0	3,0	3,6	2,8	10,0	16,0	
		Conflito de procedimentos de fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia em paralelo ao normal de projeto e fiscalização de contratos do IEPB	4	3	4,6	4,8	22,0	4,0	2,0	3,6	2,8	10,0	16,0	
		Ausência de análise dos imóveis do IEPB	5	5	5,0	5,0	25,0	5,0	3,0	5,0	3,5	17,5	21,3	
177	Avaliação de bens imóveis	Ausência de especificação de Engenheiros do DOPB, em avaliação de imóveis	5	5	5,0	5,0	25,0	5,0	4,0	5,0	3,5	17,5	21,3	
		Ausência de Plano de Manutenção de bens imobiliários	5	5	4,8	5,0	24,0	4,0	3,0	3,9	3,3	12,9	18,4	
		Falta de especificação do corpo técnico do DOPB	5	5	4,8	5,0	24,0	3,0	3,0	3,9	3,3	12,9	18,4	
178	Conservação de Bens Imobiliários	Ausência de nota de obra qualificada para a execução dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva	3	5	4,8	5,0	24,0	4,0	3,0	3,9	3,3	12,9	18,4	

*Handwritten signature: J. P. Reis*



181	Aditivos	Divulgação de entendimentos em relação ao procedimento operacional padrão das respectivas (CCON e DOPE)	2	4	4,3	4,8	20,2	6,0	2,0	4,0	3,0	12,0	16,1
		Solicitação, por parte de fiscal, para alterações contábeis próximo ao vencimento	2	5	2,0	5,0	30,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	11,0
		Dificuldade de agenda para realização de reuniões	4	5	4,0	5,0	20,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	14,5
		Ausência de membros da comissão nos debates	4	5	4,0	5,0	20,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	14,5
		Ausência de representação dos setores externos	4	5	4,0	5,0	20,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	14,5
182	Gestão Política de Comunicação	Demonstração na elaboração do documento pelas instituições cabíveis	4	5	4,0	5,0	20,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	14,5
		Modificações substanciais no documento pelas instituições de origem	4	5	4,0	5,0	20,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	14,5
183	Gestão Política Editorial	Não aprovação da Comissão de Comunicação	2	5	2,0	5,0	10,0	2,0	4,0	2,0	4,0	8,0	9,0
		Repercussão de notícias negativas	3	4	3,0	4,0	12,0	3,0	5,0	2,3	4,0	9,3	10,7
		Materiais de divulgação mal feitos e divulgados	3	4	3,0	4,0	12,0	2,0	5,0	2,3	4,0	9,3	10,7
184	Gestão de Imagem Institucional	Baixo comprometimento das instituições que ensinam o IPPE	3	4	3,0	4,0	12,0	3,0	2,0	2,3	4,0	9,3	10,7
		Divulgação de conteúdo em desacordo com o propósito [Institucional]	3	4	3,0	4,0	12,0	2,0	4,0	2,3	4,0	9,3	10,7
		Desrespeito aos princípios de transparência, do respeito à diversidade	3	4	3,0	4,0	12,0	2,0	4,0	2,3	4,0	9,3	10,7

185	Assessoria de Imprensa	Atendimento especializado nos públicos da fiscalização	3	4	3,0	4,0	12,0	2,0	4,0	2,3	4,0	9,3	10,7
		Repercução de notícias negativas	4	5	4,0	5,0	20,0	3,0	3,0	2,8	3,0	8,4	14,2
186	Gestão da Comunicação Visual	Acreditação inadequada à imprensa	4	5	4,0	5,0	20,0	2,0	3,0	2,8	3,0	8,4	14,2
		Atuação de comunicação entre os setores e a Assom.	4	5	4,0	5,0	20,0	3,0	3,0	2,8	3,0	8,4	14,2
		Inadefinição nos prazos das mídias	4	5	4,0	5,0	20,0	3,0	3,0	2,8	3,0	8,4	14,2
		Articulação com a mídia sem a avaliação da Assessoria	4	5	4,0	5,0	20,0	3,0	3,0	2,8	3,0	8,4	14,2
		Criação e publicação de peças para telefonia e Assom.	3	3	3,0	3,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	10,5	9,8
		Desrespeito às normas de aplicação da marca	3	3	3,0	3,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	10,5	9,8
187	Gestão de Mídias Eletrônicas e Audiovisual	Solicitações com textos e propostas inadequadas em forma e/ou conteúdo	3	3	3,0	3,0	9,0	3,0	3,0	3,0	10,5	9,8	9,8
		Desrespeito aos prazos de trabalho da equipe Assom	3	3	3,0	3,0	9,0	3,0	3,0	3,0	10,5	9,8	9,8
		Exatidão de conteúdo à mídia	4	5	4,0	5,0	20,0	2,0	2,0	2,0	6,0	13,0	13,0
		Desrespeito dos ditames e prazos necessários para criação e publicação	4	5	4,0	5,0	20,0	2,0	2,0	2,0	6,0	13,0	13,0
188	Desenvolvimento de Pessoal	Ausência de observação dos diferentes perfis do público	4	5	4,0	5,0	20,0	2,0	3,0	2,0	6,0	13,0	13,0
		Atuação de procedimentos sobre o Desenvolvimento de Pessoal (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	9,0	4,5	4,5
189	Procedimentos	Publicar previamente o Edital (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	2,0	5,0	2,0	10,0	5,0	5,0

190	Vencimentos	Necessário sem observar a Esca de classificação (avaliado pela auditoria externa)	0	0	0,0	0,0	0,0	2,0	5,0	2,0	5,0	10,0	5,0	10,0	5,0
		Ausência de plano de desenvolvimento de cursos em parceria com o curso de Engenharia de Edificações (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	3,0	9,0	4,5
191	Licenças e Matrículas	Concessão de licenças e admissões sem amparo legal (avaliado pela auditoria externa)	0	0	0,0	0,0	0,0	3,0	4,0	3,0	4,0	12,0	4,0	12,0	6,0
		Ausência de editais firmados para a contratação de cargo (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	5,0	3,0	3,5	3,5	12,3	3,5	12,3	6,1
192	Movimentação entre Organizações	Movimentação entre organizações com desrespeito à lista de espera (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	2,0	4,0	3,5	3,5	7,8	3,5	7,8	3,9
		Baixa produtividade dos oficiais do concurso público (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	1,0	5,0	1,7	4,7	7,8	4,7	7,8	3,9
193	Recrutamento, Seleção e Admissão	Seleção em desacordo com as normas editalícias formuladas pela auditoria interna	0	0	0,0	0,0	0,0	2,0	5,0	1,7	4,7	7,8	4,7	7,8	3,9
		Admissão sem observância da lista de espera (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	2,0	5,0	1,7	4,7	7,8	4,7	7,8	3,9
194	Processos de Demissão	Ausência de procedimentos para a separação de domésticos (avaliado pela auditoria externa)	0	0	0,0	0,0	0,0	5,0	4,0	5,0	4,0	20,0	4,0	20,0	10,0
195	Paróquias	Não atendimento dos parcos de trabalho (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	2,0	4,0	2,0	4,0	8,0	4,0	8,0	4,0
196	Condições dos Registros	Registros desatualizados (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	3,0	12,0	6,0
197	Vencimentos e Remuneração	Pagamentos efetuados sem prévia análise de habilitação de frequência (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	5,0	4,0	5,0	4,0	20,0	4,0	20,0	10,0
198	Comitê de Férias	Ausência de programação para o exercício das férias pelo servidor (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	3,0	9,0	4,5
199	Sistema de Concessão	Armazenamento incorreto de informações no SCDP	0	0	0,0	0,0	0,0	2,0	3,0	2,0	3,0	6,0	3,0	6,0	3,0
200	Qualificações	Falta de análise de documentação (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	3,0	9,0	4,5

*Atéles*



210	Auxílio Saúde	Falta de análise de documentação (avaliado pela auditoria externa)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	6,0
211	Treinamento e Capacitação	Planejamento organizacional não contempla a demanda institucional (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	6,0
212	Política Organizacional	Ausência de Política Organizacional (avaliação da auditoria)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	1,5	2,0	1,5	3,0	1,5
213	Incentivos Funcionais	Ausência de procedimentos para criação de comitês de avaliação de política organizacional (avaliação da auditoria)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	3,0	4,0	0,0	12,0	6,0
214	Segurança e Higiene do Trabalho	Concessão indevida de incentivo funcional (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	4,5
215	Associação de Servidores	Ausência de políticas de Segurança e Higiene no trabalho (avaliado pela auditoria)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	6,0
216	Aposentadoria	Ausência de procedimentos para inclusão de Comissão Externa de Accidents de Trabalho - CIPA (avaliado pela auditoria)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	6,0
217	Pequeno	Ausência de divulgação e publicidades sobre o papel da Associação para os servidores (avaliado pela auditoria)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	2,0	4,0	2,0	8,0	4,0
218	Auxílios e licenças securitárias	Ausência ou concessão de documentos na identificação processual (avaliado da auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	4,0	3,0	4,0	12,0	6,0
219	Crucio da Seguridade Social	Ausência ou concessão de documentos na identificação processual (avaliado da auditoria externa)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	4,0	3,0	4,0	12,0	6,0
220	Processos de Sindicância	Concessão de auxílios e licenças securitárias sem amparo legal	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	4,5
221	Processos de Sindicância	Não recolhimento das contribuições nos prazos devidos (avaliação da auditoria)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	4,5
222	Processos Disciplinares	Não recolhimento das contribuições nos prazos devidos (avaliação da auditoria)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	4,5
223	Processos de Sindicância	Atraso na tramitação do processo (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	8,0
224	Processos Disciplinares	Atraso na tramitação do processo (avaliado pela auditoria externa)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	8,0

*Handwritten signature/initials*

223	Infração no Regime Disciplinar	Não observância de processo disciplinar (avaliação pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	4,0	4,0	4,0	16,0	8,0
224	Preparação, Análise Prévia e Submissão de Documentos ao Reitor.	Ausência de contato prévio dos processos e documentos submetidos ao Reitor (avaliação pela auditoria Externa)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	4,5
		Ausência de relatórios e pontuaçãoção dos relatórios (avaliação pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	4,5
225	Logística de Documentos	Ausência de procedimentos sobre o arquivamento dos processos e documentos (avaliação pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	2,0	3,0	3,0	9,0	4,5
		Ausência de procedimentos sobre a movimentação/transmissão dos processos e documentos (avaliação pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	4,5
226	Organização, registro e Distribuição de Documentos, Expedientes, Atas Administrativas e Normativos	Ausência de relatórios, organização e padronização dos processos (avaliação pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	2,0	2,5	3,0	7,5	3,8
		Informações e dados institucionais desatualizadas (avaliação pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	2,5	2,5	3,0	7,5	3,8
227	Assistência e Assessoria ao Reitor	Falta do acompanhamento dos projetos e ações de interesse do Reitor (avaliação pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	4,0	2,5	3,8	9,4	4,7
		Ausência de definição de competências (avaliação pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	2,5	3,8	9,4	4,7
228	Agenda do Reitor	Ausência de programação, relatórios e atividades de competência do Reitor (avaliação pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	4,0	2,5	3,8	9,4	4,7
		Ausência do registro dos compromissos e reuniões oficiais (avaliação pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	4,0	2,0	4,0	8,0	4,0
229	Passagens	Incompreensão no repasse das informações (avaliação pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	4,0	2,5	3,8	9,4	4,7
		Ausência da Prestação de Contas (avaliação pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	2,0	2,7	2,3	6,2	3,1



			0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	2,0	2,7	2,3	6,1	3,1
		Prestação de Contas com o Prazo (avaliação pela auditoria externa)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	3,0	2,7	2,3	6,2	3,1
		Pagamento de Passagens Indefinidas realizadas (avaliação pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	2,0	3,0	2,4	7,2	3,6
		Autência da Prestação de Contas (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	2,0	3,0	2,4	7,2	3,6
		Prestação de Contas fora do Prazo (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	2,0	3,0	2,4	7,2	3,6
		Pagamento de dívidas fora do Prazo (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	2,0	3,0	2,4	7,2	3,6
		Pagamento de dívidas inadimplidas realizadas (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	3,0	3,0	2,4	7,2	3,6
		Ausência de procedimentos para devolução de dívidas não realizadas (avaliado pela auditoria interna)	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	3,0	3,0	2,4	7,2	3,6
		Mãe observação da análise e diretrizes de Tecnologia de Informação em virtude da atuação descentralizada nos Campi	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	4,5
		Difícultades da padronização em virtude da atuação descentralizada nos Campi	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	6,0
		Engenharia de infraestrutura necessária e bom funcionamento dos equipamentos de tecnologia de informação	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	5,0	4,0	5,0	20,0	10,0
		Instabilidade e dificuldade de acesso nos Campi mais distantes	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	3,0	4,0	3,0	12,0	6,0
		Pregiúdice do Sistema acadêmico, ausente de sistema de engajamento	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	3,0	3,0	3,0	9,0	4,5
230	Diversos														
231	Políticas e Diretrizes de Tecnologia de Informação da UFPE														
232	Padronização dos Serviços de Tecnologia de Informação														
233	Infraestrutura de Tecnologia de Informação														
234	Redes														
235	Tecnologias Educacionais														

*Delel*

216	Sistemas Cooperativos	Cultura organizacional: nível: utilizar a linguagem dos sistemas cooperativos	0	0	0,0	0,0	0,0	2,0	3,0	3,0	3,0	9,0	4,5
-----	-----------------------	---	---	---	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

*Forles*

## ANEXO IV

**ESTABELECIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO EM FUNÇÃO DO GRAU DE RISCO, CONFORME ITEM 5.1, III**

Classificação	Nº do Processo	Nome do Processo de Trabalho	Grau de Risco	Observação
1º	164	Programa de necessidades	21,7	Processo de trabalho auditado em 2017, conforme OS 02/2017
2º	177	Avaliação de bens Imóveis	21,3	Ação de Auditoria nº 2, a ser executada em 2018
3º	83	Conservação de Bens Imobiliários	20,5	Ação de Auditoria nº 2, a ser executada em 2018
4º	173	Obras novas nas unidades em funcionamento	20,5	Processo de trabalho auditado em 2017, conforme OS 02/2017
5º	168	Análise de Projetos	20,4	Processo de trabalho auditado em 2017, conforme OS 02/2017
6º	65	Políticas de Eventos Institucionais	20,0	Ação de Auditoria nº 3, a ser executada em 2018
7º	172	Obras de reforma	20,0	Processo de trabalho auditado em 2017, conforme OS 02/2017
8º	194	Processos de Demissão	20,0	Ação de Auditoria nº 4, a ser executada em 2018
9º	197	Vencimentos e Remuneração	20,0	Ação de Auditoria nº 5, a ser executada em 2018
10º	233	Infraestrutura de Tecnologia da Informação.	20,0	Ação de Auditoria nº 6, a ser executada em 2018
11º	60	Subsídios à pesquisa através de programas de fomento	19,3	Ação de Auditoria nº 7, a ser executada em 2018
12º	151	Acompanhar processo pedagógico do discente	18,5	Ação de Auditoria nº 8, a ser executada em 2018
13º	161	Plano Diretor Físico	18,5	Ação de Auditoria nº 1, a ser executada em 2018
14º	163	Cadastro técnico	18,5	Ação de Auditoria nº 1, a ser executada em 2018
15º	165	Elaboração de Projetos de novas construções	18,5	Processo de trabalho auditado em 2017, conforme OS 02/2017
16º	166	Projetos de reformas	18,5	Ação de Auditoria nº 1, a ser executada em 2018
17º	167	Projetos de acessibilidade	18,5	Ação de Auditoria nº 1, a ser executada em 2018
18º	174	Obras nas unidades da expansão	18,5	Ação de Auditoria nº 1, a ser executada em 2018
19º	179	Orçamento de obras e projetos	18,5	Ação de Auditoria nº 1, a ser executada em 2018
20º	178	Conservação de Bens Imobiliários	18,4	Ação de Auditoria nº 2, a ser executada em 2018
21º	81	Bens Imobiliários	17,8	Ação de Auditoria nº 2, a ser executada em 2018
22º	82	Adições de Bens Imobiliários	17,8	Ação de Auditoria nº 2, a ser executada em 2018
23º	84	Baixas de Bens Imobiliários	17,8	Ação de Auditoria nº 2, a ser executada em 2018
24º	86	Avaliação de Bens Imobiliários	17,8	Ação de Auditoria nº 2, a ser executada em 2018
25º	67	Execução de Eventos	17,0	Ação de Auditoria nº 3, a ser executada em 2018
26º	85	Utilização dos Bens Imobiliários	17,0	Ação de Auditoria nº 2, a ser executada em 2018

*Handwritten signature*

27º	162	Levantamento topográfico	17,0	Processo de trabalho auditado em 2017, conforme OS 02/2017
28º	96	Avaliação de Bens Móveis e Equipamentos	17,0	Ação de Auditoria nº 9, a ser executada em 2018
29º	180	Orçamentação	16,1	Processo de trabalho auditado em 2017, conforme OS 02/2017
30º	129	Execução das Despesas Correntes	16,0	Ação de Auditoria nº 10, a ser executada em 2018
31º	130	Execução das Despesas de Capital	16,0	Ação de Auditoria nº 10, a ser executada em 2018
32º	221	Processos de Sindicância	16,0	Ação de Auditoria nº 4, a ser executada em 2018
33º	222	Processos Disciplinares	16,0	Ação de Auditoria nº 4, a ser executada em 2018
34º	223	Infringência ao Regime Disciplinar	16,0	Ação de Auditoria nº 4, a ser executada em 2018
35º	176	Fiscalização	16,0	Processo de trabalho auditado em 2017, conforme OS 02/2017
36º	155	Processo seletivo dos colaboradores	16,0	Ação de Auditoria nº 11, a ser executada em 2018
37º	15	Programas da Assistência Estudantil - Contemplados na ação 2994 (Assistência ao Educando da educação Profissional e Tecnológica).	14,5	Ação de Auditoria nº 12, a ser executada em 2018
38º	16	Programas da Assistência Estudantil - Por meio de Editais não contemplados na ação 2994	14,5	Ação de Auditoria nº 12, a ser executada em 2018
39º	18	Prática Esportiva de Estudantes - Apoiar, junto aos Professores de Educação Física, a participação dos discentes nos JIFs (Jogos dos Institutos Federais).	14,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
40º	43	Avaliação dos Cursos Técnicos	14,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
41º	62	Financiamento externos	14,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
42º	66	Cerimonial e Protocolo	14,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
43º	94	Conservação de B. Móveis e Equipamentos	14,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
44º	159	Projetos pedagógico nos cursos EAD	14,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
45º	182	Gestão Política de Comunicação	14,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
46º	59	Capacitação e a qualificação dos pesquisadores	14,4	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
47º	185	Assessoria de Imprensa	14,2	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
48º	2	Gerenciamento da alimentação dos dados nos Sistemas do Governo Federal.	14,2	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
49º	19	Políticas de Ensino	14,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
50º	25	Acompanhamento das atividades de ensino dos docentes	14,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
51º	28	Normalizar orientações para elaboração do Calendário Acadêmico dos Campi	14,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
52º	69	Falta de Profissional em eventos	14,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
53º	70	Imagem Institucional	14,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
54º	79	Existências Físicas	14,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
55º	128	Execução das Receitas	14,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018

*Ribeira*

56º	146	Demonstrativos		13,9	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
57º	137	Programação Financeira		13,9	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
58º	149	Política e Programas de Educação na modalidade educação à distância		13,9	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
59º	140	Restos a Pagar		13,8	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
60º	141	Fornecedores		13,8	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
61º	136	Recursos Financeiros		13,7	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
62º	160	Reestruturação Organizacional		13,7	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
63º	1	Prestação de Contas		13,7	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
64º	3	Padronização e Sistematização das Práticas, Ações e Procedimentos Institucionais		13,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
65º	54	Políticas de Inclusão e Cidadania		13,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
66º	75	Ouvidoria		13,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
67º	76	Padronização dos Canais de Ouvidoria		13,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
68º	77	Sistematização das Informações de Ouvidoria		13,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
69º	97	Adições de Bens Agropecuários		13,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
70º	98	Baixas de Bens Agropecuários		13,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
71º	99	Conservação de Bens Agropecuários		13,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
72º	100	Utilização de Bens Agropecuários		13,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
73º	147	Notas explicativas		13,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
74º	170	Sondagem		13,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
75º	171	Percolação		13,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
76º	133	Acompanhamento da Execução do Objeto		13,3	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
77º	125	Estimativas das Receitas		13,2	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
78º	27	Analisar e emitir pareceres pedagógicos sobre PPC, Estudo de viabilidade e Calendário		13,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
79º	187	Gestão de Mídias Eletrônicas e Audiovisual		13,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
80º	105	Oportunidade de Licitação		13,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
81º	132	Execução dos Recursos		12,9	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
82º	150	Desempenho pedagógico do discente		12,6	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
83º	68	Roteiro de Cerimonial		12,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
84º	78	Registros Oficiais e Financeiros		12,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
85º	80	Sistema de Controle Patrimonial		12,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
86º	90	Utilização dos Meios de Transportes		12,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
87º	103	Sistemas de Controle de Estoques		12,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
88º	106	Parcelamento do objeto		12,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018

*João*

89º	126	Fixação das Despesas Correntes	12,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
90º	127	Fixação das Despesas de Capital	12,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
91º	152	Captação de recursos	12,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
92º	156	Modelos didáticos e de gestão na modalidade EAD	12,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
93º	169	Controle de Projetos	12,4	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
94º	134	Prestação de Contas	12,4	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
95º	158	Formação continuada na modalidade de educ. à distância	12,4	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
96º	192	Movimentação entre Órgãos/Entidades	12,3	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
97º	201	Adicionais	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
98º	24	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
99º	26	Política de acesso, permanência e êxito	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
100º	31	Programa de Avaliação Preventiva	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
101º	32	Programa de Avaliação dos Cursos técnicos	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
102º	46	Coordenar e orientar a execução das atividades administrativas da Pró-Reitoria;	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
103º	49	Financiamento externos	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
104º	52	Políticas de interação com a sociedade	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
105º	71	Eventos não Programados	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
106º	89	Conservação de Meios de Transportes	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
107º	95	Utilização de B. Móveis e Equipamentos	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
108º	101	Avaliação de Bens Agropecuários	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
109º	102	Administração e Controle de Materiais	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
110º	116	Penalizações	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
111º	117	Inspeção Física da Execução	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
112º	157	Diretrizes e normas para à EAD	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
113º	191	Licenças e Afastamentos	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
114º	196	Consistência dos Registros	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
115º	202	Benefícios Assistenciais e Pecuniários	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
116º	205	Indenizações Judiciais	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
117º	209	Auxílio Moradia	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
118º	210	Auxílio Saúde	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
119º	211	Treinamento e Capacitação	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
120º	214	Segurança e Higiene do Trabalho	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
121º	216	Aposentadoria	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018

122º	217	Pensão	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
123º	232	Padronização dos Serviços de Tecnologia da Informação.	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
124º	234	Redes	12,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
125º	4	Planejamento Institucional	11,9	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
126º	144	Encargos Sociais e Tributos	11,9	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
127º	30	Gestão Acadêmica dos Campi do IFPE	11,8	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
128º	114	Alterações Contratuais	11,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
129º	33	Assessorar os Campi nos processos de Avaliação Externa	11,3	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
130º	45	Organizar a agenda da Pró-Reitoria com os calendários letivos dos Campus e suas respectivas formaturas para sua necessária execução;	11,3	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
131º	109	Dispensa e Inexigibilidade	11,1	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
132º	63	Propriedade Intelectual	11,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
133º	148	Legislação, Normas e Manuais STN/MF	11,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
134º	181	Aditivos	11,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
135º	113	Extrapolação de prazos legais	10,9	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
136º	58	Desenvolvimento e consolidação dos Grupos e Projetos de Pesquisa	10,9	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
137º	20	Oferta e acessos aos Cursos Técnicos e Superiores	10,9	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
138º	143	Despesas de Exercícios Anteriores	10,9	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
139º	53	Políticas de Eventos e Cultura	10,9	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
140º	145	Encargos/Despesas Financeiros	10,8	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
141º	184	Gestão da Imagem Institucional	10,7	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
142º	21	Formação continuada docente	10,6	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
143º	5	Monitoramento dos Planos de Ação Institucionais	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
144º	6	Política de Atuação e Desenvolvimento do IFPE	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
145º	8	Avaliação Institucional/ SINAES	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
146º	23	Fórum das Licenciaturas	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
147º	34	Orientar os Campi sobre os procedimentos do ENADE	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
148º	35	Regimentos e documentos orientadores do Sistema de Bibliotecas SIBI-IFPE	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
149º	44	Gerenciar Processo seletivo do SISU	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
150º	47	Políticas de programas, projetos e cursos de Extensão	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018

*Teles*

151°	48	Fomento e acompanhamento de atividades de extensão	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
152°	50	Política Acadêmica e Relações de Trabalho	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
153°	51	Estágios, egressos, empregos e empreendedorismo	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
154°	55	Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
155°	56	Ações estruturantes para execução do recurso PNAE	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
156°	91	Avaliação de Meios de Transportes	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
157°	110	Formalização Legal	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
158°	142	Acréscimos Monetários	10,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
159°	154	Prestação de contas e acompanhamento dos recursos liberados na modalidade EAD	10,3	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
160°	138	Recursos a Receber	10,3	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
161°	22	Formação de professores para a Educação Básica	10,2	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
162°	107	Limites a Competitividade	10,1	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
163°	104	Formalização Legal	10,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
164°	38	Diplomação dos cursos superiores do IFPE	10,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
165°	57	Formalizar o Programa IFPE Internacional	10,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
166°	87	Adição de Meio de Transporte	10,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
167°	88	Baixas de Meio de Transporte	10,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
168°	92	Adições de Bens Móveis e Equipamentos	10,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
169°	93	Baixas de Bens Móveis e Equipamentos	10,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
170°	189	Provimentos	9,8	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
171°	115	Pagamentos Contratuais	9,8	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
172°	131	Formalização Legal	9,8	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
173°	153	Convênios na modalidade EAD	9,8	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
174°	186	Gestão da Comunicação Visual	9,8	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
175°	14	Programa educativo de atenção à saúde dos(as) estudantes	9,7	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
176°	64	Pós-graduação	9,7	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
177°	61	Incentivo à inovação	9,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
178°	111	Contratos sem licitação	9,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
179°	112	Fiscalização Interna	9,4	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
180°	227	Assistência e Assessoria ao Reitor	9,4	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
181°	11	Permanência e Êxito dos(as) estudantes - Apoiar as ações da assistência estudantil junto aos Campi	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018

*Atiles*



182º	12	Movimentos Estudantis - Implementar ações de aproximação e integração do	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
183º	39	Diplomação dos cursos de pós-graduação strictu sensu	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
184º	72	A definição de um calendário permanente	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
185º	108	Análise da Eficácia e Eficiência	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
186º	183	Gestão Política Editorial	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
187º	188	Dimensionamento de Pessoal	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
188º	190	Vacâncias	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
189º	198	Controle de Férias	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
190º	200	Gratificações	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
191º	203	Planos Assistenciais	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
192º	206	Diárias	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
193º	207	Ajuda de Custo	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
194º	208	Viagens/Passagens	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
195º	213	Incentivos Funcionais	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
196º	218	Auxílios e Licenças securitárias	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
197º	219	Custeio da Seguridade Social	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
198º	220	Previdência Complementar	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
199º	224	Preparação, Análise Prévia e Submissão de Documentos ao Reitor.	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
200º	225	Logística de Documentos	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
201º	231	Políticas e Diretrizes de Tecnologia da Informação do IFPE.	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
202º	235	Tecnologias Educacionais	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
203º	236	Sistemas Corporativos	9,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
204º	7	Política de Integração Institucional	8,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
205º	29	Assessoria ao Fórum do PROEJA	8,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
206º	73	Orçamento e limitações financeiras	8,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
207º	175	Obras em geral	8,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
208º	37	Certificação do Ensino Médio com base no ENEM	8,3	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
209º	135	Suprimento de Fundos	8,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
210º	195	Estagiários	8,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
211º	204	Gerenciamento das Informações de Pessoal	8,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
212º	215	Associação de Servidores	8,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
213º	228	Agenda do Reitor	8,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018

214°	193	Recrutamento, Seleção e Admissão	7,8	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
215°	74	Local apropriado	7,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
216°	139	Comprovação de Gastos	7,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
217°	226	Organização, registro e Distribuição de Documentos, Expedientes, Ates Administrativos e Normativos	7,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
218°	230	Diárias	7,2	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
219°	9	Apoiar a Comissão preventiva de Avaliação da PRODEN	7,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
220°	10	Avaliação Institucional Interna -- Comissão Própria de Avaliação	7,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
221°	17	Eventos Estudatis - Apoiar a participação dos discentes	6,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
222°	36	Grupos de Trabalho SIBI-IFPE	6,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
223°	40	Revalidação dos diplomas estrangeiros	6,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
224°	41	Representação do IFPE no Fórum EJA/PE	6,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
225°	229	Passagens	6,2	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
226°	199	Sistema de Concessão	6,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
227°	13	Integração e Formação cidadã - Fortalecer os espaços de diálogos com os(as) estudantes	5,7	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
228°	42	Representação do IFPE na CEAEJA/PE	5,5	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
229°	118	Formalização Legal	3,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
230°	119	Oportunidade do Convênio	3,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
231°	120	Fiscalização Interna da Execução	3,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
232°	121	Prestação de Contas	3,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
233°	122	Inspeção Física da Execução	3,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
234°	123	Formalização Legal	3,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
235°	124	Inspeção Física da Execução	3,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018
236°	212	Política Motivacional	3,0	Processo de trabalho não contemplado no PAINT 2018

*Reles*



## ANEXO V

FORÇA DE TRABALHO DA AUDITORIA INTERNA DO IFPE  
 PAINT 2013 – HORAS POR AÇÃO/HOMENS POR AÇÃO/HORAS POR HOMENS

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	H/H TOTAL
1	AÉRCIO JOSÉ PEREIRA	1804255		388		320			344					16	32	32	40	32	0	120	80	1404
2	DAVID LIMA VILELA	1867177	450		350	328								16	32	32	40	32	0	120	80	1480
3	EMERSON DA COSTA MELO	2868378	450			392				442				16	32	32	40	32	0	120	80	1636
4	FÁBIO DA SILVA PESSOA	2178314			520					404		428		16	32	32	40	32	0	120	120	1804
5	HELENA CRISTINA RODRIGUES ALVES	187885					364							16	32	32	40	32	0	120	80	716
6	JUSSARA RAFAELA B. DE REZENDE	1802985	408	400					372					16	32	32	40	32	0	120	80	1532
7	MÁRCIA VERÍSSIMO DA SILVA	48832											350	766	188	40	32	260	120	40		1796
8	MÁRIA DAYANA LOPES DE OLIVEIRA	2089831	612				400					448		16	32	32	40	32	0	120	80	1812
9	MELISSA CORDEIRO TORRES GALINDO	1620647	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	16	32	988	40	32	0	120	80	1788
10	PAULO DE OLIVEIRA SEGUNDO	1855285			428							428		16	32	32	40	32	0	120	80	1812
11	PAULO MARCELO SANTANA BARBOSA	1804127	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	130	270	188	80	80	120	360	80	1788
12	RAFAEL PENA CERQUEIRA FRIAS	1591771								450	442		424	16	32	32	40	32	0	120	80	1668
TOTAL DE HORAS POR AÇÃO		1704	980	868	858	928	792	844	796	994	964	936	952	640	1356	1652	520	432	380	1680	960	19236

*Handwritten signature:*

**ANEXO VI  
DEMONSTRATIVO DE DIAS ÚTEIS POR SERVIDOR**

PAINT 2018	AÉRCIO JOSÉ PEREIRA			DAVID LIMA VILELA			EMERSON DA COSTA MELO			FÁBIO DA SILVA PESSOA		
	SIAPE: 1357014			SIAPE: 1867177			SIAPE: 2868378			SIAPE: 187885		
	AUDITOR			AUDITOR			AUDITORA			AUDITORA		
	CAMPUS IPOJUCA			CAMPUS RECIFE			CAMPUS VITÓRIA			CAMPUS PESQUEIRA		
	Dias	1 H/H	Horas	Dias	1 H/H	Horas	Dias	1 H/H	Horas	Dias	1 H/H	Horas
Dias do Ano	365	8	2920	365	8	2920	365	8	2920	365	8	2920
Sábados e Domingos	104	8	832	104	8	832	104	8	832	104	8	832
Feriados	13,5	8	108	13,5	8	108	13,5	8	108	13,5	8	108
Férias 2017	15	8	120	8	8	64	0	8	0	0	8	0
Férias 2018	13	8	104	21	8	168	21	8	168	22	8	176
Licença Capacitação	44	8	352	21	8	168	22	8	176	0	0	0
Licença Maternidade/Paternidade	0	0	0	12,5	8	100	0	0	0	0	0	0
Total de dias úteis	175,5	8	1404	185	8	1480	204,5	8	1636	225,5	8	1804

PAINT 2018	HELENA CRISTINA R. ALVES			JUSSARA R. B. DE REZENDE			MARCIA VERISSIMO DA SILVA			MARIA DAYANA L. DE OLIVEIRA		
	SIAPE: 187885			SIAPE: 1802985			SIAPE: 48832			SIAPE: 1620647		
	AUDITORA			AUDITORA			TEC. ASSUNTOS EDUCACIONAIS			AUDITORA		
	CAMPUS BELO JARDIM			CAMPUS CARUARU			REITORIA			CAMPUS BARREIROS		
	Dias	1 H/H	Horas	Dias	1 H/H	Horas	Dias	1 H/H	Horas	Dias	1 H/H	Horas
Dias do Ano	365	8	2920	365	8	2920	365	8	2920	365	8	2920
Sábados e Domingos	104	8	832	104	8	832	104	8	832	104	8	832
Feriados	12,5	8	100	14,5	8	116	13,5	8	108	14,5	8	116
Férias 2017	10	8	80	11	8	88	0	8	0	0	8	0
Férias 2018	24	8	192	22	8	176	23	8	184	20	8	160
Licença Capacitação	0	0	0	22	8	176	0	0	0	0	0	0
Licença Maternidade/Paternidade	125	8	1000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de dias úteis	89,5	8	716	191,5	8	1532	224,5	8	1796	226,5	8	1812

*R. Alves*

PAINT 2018	MELISSA C. TORRES GALINDO*			PAULO DE OLIVEIRA SEGUNDO			PAULO MARCELO S. BARBOSA			RAFAEL PENHA C. FERIAS		
	SIAPE: 1620647			SIAPE: 1855285			SIAPE: 1804127			SIAPE: 1591771		
	AUDITORIA			AUDITOR			AUDITOR			AUDITOR		
REITORIA			REITORIA			REITORIA			CAMPUS GARANHUNS			
Dias	1 H/H	Horas	Dias	1 H/H	Horas	Dias	1 H/H	Horas	Dias	1 H/H	Horas	
Dias do Ano	365	8	2920	365	8	2920	365	8	2920	365	8	2920
Sábados e Domingos	104	8	832	104	8	832	104	8	832	104	8	832
Feriados	13,5	8	108	13,5	8	108	13,5	8	108	13,5	8	108
Férias 2017	0	8	0	0	8	0	0	8	0	8	0	56
Férias 2018	24	8	192	21	8	168	24	8	192	10	8	80
Licença Capacitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	8	176
Licença Maternidade/Paternidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de dias úteis	223,5	8	1788	226,5	8	1812	223,5	8	1788	208,5	8	1668

TOTAL DE HORAS

19236

## ANEXO VII

## FERIADOS CONSIDERADOS PARA O CALCULO DOS DIAS ÚTEIS.

Descrição dos Feriados Nacionais		Nº de Dias
Janeiro	01/01/2018 Confraternização Universal (feriado nacional)	1
Fevereiro	12/02/2018 Carnaval (ponto facultativo)	1
	13/02/2018 Carnaval (feriado nacional)	1
Março	14/02/2018 Carnaval (ponto facultativo até as 14h) -Cinzas	0,5
	30/03/2018 Paixão de Cristo (feriado nacional)	1
Maio	01/05/2018 Dia do Trabalho (feriado nacional)	1
	31/05/2018 Corpus Christi (ponto facultativo)	1
Setembro	07/09/2018 Independência do Brasil (feriado nacional)	1
Outubro	12/10/2018 Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional)	1
Novembro	02/11/2018 Finados (feriado nacional)	1
	15/11/2018 Proclamação da República (feriado nacional)	1
Dezembro	25/12/2018 Natal (feriado nacional)	1
Total		11,5

*Feles*

Descrição dos Feriados Estaduais - Pernambuco - Lei Estadual nº 16.059/2017		Nº de Dias
Março	06/03/2018 Data Magna do Estado de Pernambuco	1
Total		1

Descrição dos Feriados Municipais - Recife - Lei Municipal nº 9.777/1967		Nº de Dias
Julho	16/07/2018 Nossa Senhora do Carmo	1
Total		1

Descrição dos Feriados Municipais - Ipojuca - Lei nº 1.095/1995		Nº de Dias
Março	30/03/2018 Fundação do Município	1
Total		1

Descrição dos Feriados Municipais - Belo Jardim		Nº de Dias
Setembro	11/09/2018 Emancipação Política de Belo Jardim	1
Total		1

Descrição dos Feriados Municipais - Barreiros		Nº de Dias
Fevereiro	02/02/2018 Nossa Senhora da Saúde - Padroeira da Cidade	1

*Reka*



Julho	19/07/2018	Emanicipação Política de Barreiros	1
<b>Total</b>			<b>2</b>

<b>Descrição dos Feriados Municipais -- Caruaru</b>			<b>Nº de Dias</b>
Maior	18/05/2018	Emanicipação Política de Caruaru	1
Junho	29/06/2018	Feriado São Pedro	1
<b>Total</b>			<b>2</b>

<b>Descrição dos Feriados Municipais -- Garanhuns</b>			<b>Nº de Dias</b>
Junho	13/06/2018	Dia de Santo Antônio	1
<b>Total</b>			<b>1</b>

*Teles*

## ANEXO VIII

## FÉRIAS/LICENÇAS CONSIDERADAS PARA O CÁLCULO DOS DIAS ÚTEIS

	SLAPE	EXERCÍCIO	INÍCIO	TÉRMINO	EXERCÍCIO	INÍCIO	TÉRMINO	EXERCÍCIO	INÍCIO	TÉRMINO	EXERCÍCIO	INÍCIO	TÉRMINO	DIAS
1	AÉRCIO JOSÉ PEREIRA	2017	02/01/2018	22/01/2018	2018	23/01/2018	02/02/2018	2018	03/10/2018	12/10/2018				28
		2018	15/10/2018	13/12/2018										
2	DAVID LIMA VIEIRA	2017	19/02/2018	28/02/2018	2018	02/03/2018	31/07/2018							29
		2018	01/03/2018	31/03/2018										
3	DAVID LIMA VIEIRA**	2018	29/01/2019	17/02/2018										12,5
		2018	02/01/2018	02/01/2018	2018	05/11/2018	03/12/2018							21
4	EMERSON DA COSTA MELO	2018	11/01/2018	09/02/2018										22
		2018	01/01/2018	30/01/2018	2018									22
5	HELENA CRISTINA RODRIGUES ALVES	2017	08/01/2018	12/01/2018	2017	15/01/2018	19/01/2018	2018	17/09/2018	21/09/2018	2018	24/09/2018	28/09/2018	34
		2018	19/03/2018	14/09/2018										
6	JUSSARA R. B. DE REZENDE	2017	06/01/2017	23/01/2017	2018	23/01/2018	01/02/2018	2018	18/07/2018	01/08/2018	2018	25/12/2018	30/12/2018	33
		2018	22/11/2018	21/12/2018										
7	MÁRCIA VERÍSSIMO DA SILVA	2018	22/01/2018	18/02/2018	2018	09/02/2018	19/07/2018							23
		2017	08/01/2018	26/01/2018	2018	30/07/2018	03/08/2018							20
9	MELISSA CORDEIRO TORRES GALINDO	2018	02/01/2018	16/01/2018	2018	10/09/2018	19/09/2018	2018	15/10/2018	19/10/2018				24
		2018	15/10/2018	13/11/2018										
11	PAULO MARCELLO SANTANA BARBOSA	2018	01/01/2018	12/01/2018	2018	18/06/2018	09/07/2018	2018	12/11/2018	14/11/2018				24
		2017	15/02/2018	25/02/2018	2018	14/07/2018	30/07/2018							17
12	RAFAEL PENA C. FRIAS	2018	11/01/2018	09/02/2018										22

## ANEXO IX

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

## INDICADORES DE GESTÃO DA AUDITORIA INTERNA

NÚMERO DA AÇÃO	HORAS PREVISÍVEIS	PERSPECTIVA	OBJETIVO	INDICADOR	TIPO DE INDICADOR (NORMAL/ INVERTIDO)	ACUMULATIVO (SIM OU NÃO)	UNIDADE MEDIDA	FÓRMULA DO INDICADOR	CONSOLIDADO	PESO (PRIORIZAÇÃO)	FONTE DO DADO	RESPONSÁVEL	Meta 2018 %
	19236												
1	1704	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da auditoria interna e melhorar a qualidade do serviço.	Cumprimento físico das auditorias programadas no PAINT	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas realizado até o Mês/Quantitativo de horas previsto até o Mês) x 100%	Mensal	Alto	Planilha	Paulo Barbosa e equipe de auditores	100
2	980	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da auditoria interna e melhorar a qualidade do serviço.	Cumprimento físico das auditorias programadas no PAINT	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas realizado até o Mês/Quantitativo de horas previsto até o Mês) x 100%	Mensal	Médio	Planilha	Paulo Barbosa e equipe de auditores	100
3	868	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da auditoria interna e melhorar a qualidade do serviço.	Cumprimento físico das auditorias programadas no PAINT	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas realizado até o Mês/Quantitativo de horas previsto até o Mês) x 100%	Mensal	Médio	Planilha	Paulo Barbosa e equipe de auditores	100

*Beles*

4	858	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da auditoria interna e melhorar a qualidade do serviço.	Cumprimento físico das auditorias programadas no PAINT	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas realizado até o Mês/Quantitativo de horas previsto até o Mês) x100%	Mensal	Médio	Planilha	Paulo Barbosa e equipe de auditores	100
5	928	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da auditoria interna e melhorar a qualidade do serviço.	Cumprimento físico das auditorias programadas no PAINT	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas realizado até o Mês/Quantitativo de horas previsto até o Mês) x100%	Mensal	Médio	Planilha	Paulo Barbosa e equipe de auditores	100
6	792	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da auditoria interna e melhorar a qualidade do serviço.	Cumprimento físico das auditorias programadas no PAINT	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas realizado até o Mês/Quantitativo de horas previsto até o Mês) x100%	Mensal	Médio	Planilha	Paulo Barbosa e equipe de auditores	100
7	844	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da auditoria interna e melhorar a qualidade do serviço.	Cumprimento físico das auditorias programadas no PAINT	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas realizado até o Mês/Quantitativo de horas previsto até o Mês) x100%	Mensal	Médio	Planilha	Paulo Barbosa e equipe de auditores	100
8	796	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da auditoria interna e melhorar a qualidade do serviço.	Cumprimento físico das auditorias programadas no PAINT	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas realizado até o Mês/Quantitativo de horas previsto até o Mês) x100%	Mensal	Médio	Planilha	Paulo Barbosa e equipe de auditores	100

*Boles*

9	994	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da auditoria interna e melhorar a qualidade do serviço.	Cumprimento físico das auditorias programadas no PAINT	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas realizado até o Mês/Quantitativo de horas previsto até o Mês) x 100%	Mensal	Médio	Planilha	Paulo Barbosa e equipe de auditores	100
10	964	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da auditoria interna e melhorar a qualidade do serviço.	Cumprimento físico das auditorias programadas no PAINT	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas realizado até o Mês/Quantitativo de horas previsto até o Mês) x 100%	Mensal	Médio	Planilha	Paulo Barbosa e equipe de auditores	100
11	936	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da auditoria interna e melhorar a qualidade do serviço.	Cumprimento físico das auditorias programadas no PAINT	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas realizado até o Mês/Quantitativo de horas previsto até o Mês) x 100%	Mensal	Médio	Planilha	Paulo Barbosa e equipe de auditores	100
12	952	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da auditoria interna e melhorar a qualidade do serviço.	Cumprimento físico das auditorias programadas no PAINT	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas realizado até o Mês/Quantitativo de horas previsto até o Mês) x 100%	Mensal	Médio	Planilha	Paulo Barbosa e equipe de auditores	100

*Paulo*

13	640	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de atendimento das determinações do Tribunal de Contas da União.	Implementações em detrimento das não conformidades notificadas pelo TCU através de Determinações.	Normal	Sim	%	(Determinações atendidas/ Determinações emitidas) x100%.	Mensal	Alto	Planilha	Paulo Barbosa e Márcia Veríssimo	---
14	1356	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de atendimento das recomendações da Controladoria Geral da União.	Implementações em detrimento das não conformidades notificadas pela CGU através de Recomendações.	Normal	Sim	%	(Recomendações atendidas/ Recomendações emitidas) x100%.	Mensal	Alto	Planilha	Paulo Barbosa e Márcia Veríssimo	---
15	1652	Processo Interno	Aperfeiçoar os mecanismos de atendimento das recomendações da Auditoria Interna.	Implementações em detrimento das não conformidades apontadas pela Auditoria Interna através de Recomendações.	Normal	Sim	%	(Recomendações atendidas/ Recomendações emitidas) x100%.	Mensal	Alto	Planilha	Paulo Barbosa e integrantes da auditoria	---
16	520	Processo Interno	Atendimento aos 8 incisos do art. 15 da Instrução Normativa CGU 024/2015	Realização do RAINJ em atendimento aos requisitos previstos na Instrução Normativa CGU 024/2015	Normal	Não	%	(Itens dispostos no RAINJ requisitos previstos na Instrução Normativa CGU 024/2015) x100 %	Anual	Alto	Planilha	Paulo Barbosa e integrantes da auditoria	100

*Handwritten signature:* J. Lopes

17	432	Processo Interno	Atendimento aos 3 incisos do art. 4º da Instrução Normativa CGU 024/2015	Realização do PAINT em atendimento aos requisitos previstos na Instrução Normativa CGU 024/2015	Normal	Não	%	(Itens dispostos no PAINT) / requisitos previstos na Instrução Normativa CGU 024/2015 x 100 %	Atual	Alto	Planilha	Paulo Barbosa e integrantes da auditoria	100
18	380	Processo Interno	Aperfeiçoar o mecanismo de elaboração do Parecer da Auditoria Interna sobre o processo anual de contas conforme premissas definidas nas Instruções Normativas TCU, Decisões Normativas TCU e Portarias emitidas pela CGU.	Elaboração do Parecer da Auditoria Interna no Relatório de Gestão do exercício anterior e o aperfeiçoamento ao sentido de melhorias sobre a capacidade de os controles internos administrativos da unidade identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como minimizarem riscos, nos termos da IN/TCU nº 63/2010, DN/TCU 146/2015.	Invertido	Não	%	(Capacidade dos controles internos administrativos de identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades conforme Parecer da Auditoria Interna do Relatório de Gestão do exercício anterior /Aperfeiçoamentos Implementados) x 100%	Annual	Alto	Planilha	Paulo Barbosa e equipe de auditores	100

*Handwritten signature or initials*

19	1680	Processo Interno	Aperfeiçoar os métodos quantitativos de aferição dos assessoramentos realizados.	Realização de ações de assessoramento em atendimento à programação do PAINT.	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas de assessoramentos realizados/Quantitativo de horas previstas no PAINT) x 100%	Mensal	Alto	Planilha	Paulo Barbosa c integrantes da auditoria	100
20	960	Processo Interno	Aperfeiçoar os métodos quantitativos de aferição, conforme Plano Anual de Capacitação da Auditoria Interna.	Realização de capacitações em atendimento ao Plano Anual de Capacitação da Auditoria Interna.	Normal	Sim	%	(Quantitativo de horas realizado até o Mês/Quantitativo de horas previsto até o Mês) x 100%	Mensal	Médio	Planilha	Integrantes da auditoria	100

*Boles*



# **PROJETO DE AUDITORIA BASEADA EM RISCOS**

**PAINT 2018**

**(ANEXO X)**

*Feles*

Reitora: Anália Keila Rodrigues Ribeiro (Presidente do Conselho Superior)

Titular da Auditoria Interna: Paulo Marcelo Santana Barbosa - Auditor  
Equipe da Auditoria Interna:

Adrice Alcidiana de Carvalho e Silva - Assist. em Administração

Aécio José Pereira - Auditor

David Lima Vilela - Auditor

Fábio da Silva Pessoa de Moura – Auditor

Emerson da Costa Melo – Auditor

Helena Cristina Rodrigues Alves - Auditora

Jussara Rafaela Bezerra de Resende - Auditora

Márcia Veríssimo da Silva - Téc. em Assuntos Educacionais

Maria Dayana Lopes de Oliveira - Auditora

Melissa Cordeiro Torres Galindo - Auditora

Paulo de Oliveira Segundo – Auditor

Rafael Pena Cerqueira Frias - Auditor

*Revis*

## 1. INTRODUÇÃO

O paradigma dos riscos é contingencial, busca equilibrar as tensões, propõe na administração pública superar a ilusão de uma gestão voltada exclusivamente para os resultados mensuráveis, que ignora a vinculação aos processos, e avança com uma nova visão sobre a gestão burocrática mecanicista, a qual supervaloriza os meios.

No âmbito da Gestão no Serviço Público, culturalmente o Brasil por herança de estruturas autoritárias e sistemas políticos com polarização de grupos partidários, ocorre inibição da prática do enfrentamento da incerteza, em sua maioria desprezam competências, práticas de sucesso, eficácia como objetivo geral; os gestores nomeados ou eleitos, geralmente, não comungam de uma ideologia onde a excelência no desempenho profissional o beneficiará numa possível carreira profissional no serviço público.

As organizações são compostas de diversas atividades que compõem estruturas, das quais de alguma forma ou grau têm seus riscos gerenciados, tendo como conceito de risco o efeito da incerteza nos objetivos.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, integra a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação. A entidade é organizada em estrutura multicampi, composta por 17 (dezessete) *campi*, 01 (uma) Unidade de Educação a Distância, e 01 (uma) Reitoria, com proposta orçamentária anual identificada por unidade.

A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Pernambuco foi instituída através da Resolução nº 01, de 31 de agosto de 2009, do Conselho Superior.

Conforme dispõe o Regimento Geral do IFPE, em seu art. 36, § 4º, a Auditoria Interna deve atuar de forma centralizada, com representação em locais auditáveis distantes da sua base (Reitoria), preservando a condição indissociável da sujeição à orientação normativa e à supervisão técnica, assim como aos níveis de autoridades e responsabilidades da Auditoria Interna Geral Reitoria.

*Fidelis*

A Auditoria Interna do IFPE é um órgão de assessoramento técnico vinculado ao Conselho Superior e está sujeito à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão Central e dos órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Segundo a International Organization of Supreme Audit Institutions (Intosai), as Entidades Fiscalizadoras Superiores adotam diferentes métodos quando realizam a análise preliminar do objeto de auditoria. As técnicas mais utilizadas são a análise de risco, a análise SWOT, a análise de problemas, entre outras. (ISSAI 3000/ 2004, Apendice 1).

## 2. JUSTIFICATIVA

O cenário organizacional contemporâneo é cada vez mais globalizado e volátil. A imprevisibilidade dos fatores internos e externos que norteiam os objetivos estabelecidos pelas organizações exigem além de uma gestão analítica holística, um gerenciamento dos riscos, identificando, analisando, avaliando, monitorando e tratando-os, com intuito de minimizar e/ou anular os impactos negativos e maximizar as possibilidades da eficácia no alcance dos objetivos.

Os órgãos de controle buscam acompanhar a evolução dos sistemas e manter o equilíbrio entre o que se faz necessário, a disponibilidade dos mecanismos/meios e a possibilidade concreta de realização e sucesso das ações, assim, gerenciar os riscos tornou-se uma prática adotada por várias unidades de Auditoria e recomendada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU), órgãos de controle da Administração Pública Federal.

A gestão da Auditoria Interna (AUDI), veem desenvolvendo um trabalho de estruturação, elaborando e formalizando procedimentos/papéis de trabalho/fluxogramas.

Neste contexto, desenvolveu-se esse projeto baseado em metodologias já aplicadas nos controles das Auditorias nas Administrações Públicas.

*R. Alves*

### 3. OBJETIVO

- Assegurar conformidade com os critérios estabelecidos pelos órgãos de Controle da União;
- Disponibilizar aos auditores subsídios para tomada de decisão na elaboração de cada ação do PAINT;
- Construir uma Matriz de Risco (MR) com a classificação das áreas conforme sua vulnerabilidade, e assim priorizar os processos a serem auditados;
- Aperfeiçoar a compreensão relativa da vulnerabilidade de cada unidade;
- Favorecer ao desenvolvimento de um programa de auditoria capaz de identificar e avaliar elementos necessários para eficácia do PAINT; e
- Contribuir para a compreensão/aceite/implantação/implementação da Gestão de Risco no âmbito do IFPE.

### 4. GESTÃO DE RISCO

#### 4.1 Conceito de Risco

O termo risco faz referência à contingência de um prejuízo ou dano. É definido como a possibilidade de que algum acontecimento desfavorável venha a ocorrer. “Efeito da incerteza nos objetivos.” (ABNT – 2011)

Possibilidade de que um evento ocorra e afete negativamente a realização dos objetivos.

#### 4.2 Conceito de Gestão de Risco

A definição de gestão de risco pode ser entendida como o processo de identificar, registrar, mensurar e controlar o impacto de possíveis fatos denominados de risco. De forma geral, a gestão de risco pode ser considerada como medidas para evitar, ou antecipar, os impactos ou efeitos dos possíveis riscos. Assim sendo, a AUDI busca atuar

sobre os processos que envolvem as questões mais relevantes, com as vantagens de uma abordagem preventiva e menos corretiva.

A Gestão de Risco será um subsídio para o planejamento da Auditoria (PAINT), mantendo assim a busca de uma gestão evolutiva, contínua e eficaz; uma gestão que dá o devido valor e tratamento dos riscos, equilibra as experiências adquiridas com as demandas do presente e os possíveis desafios do futuro.

#### 4.3 Processo de Gestão de Risco

Na busca de se obter o equilíbrio entre as metas de uma instituição e os riscos, o gerenciamento dos mesmos, procura atenuar situações que possam afetar a geração de valor as suas partes interessadas (*stakeholders*).

A Auditoria Baseada em Riscos (ABR) é um processo sistemático, independente e documentado, para obter evidências e avaliá-las de maneira objetiva, a fim de determinar a extensão na qual a estrutura da gestão de riscos, ou qualquer parte sua selecionada, é adequada e efetiva. (ABNT - 2011)

À ABR tem aspectos bem diferenciados da Auditoria Convencional (Quadro 1), essas características favorecem a instituição de forma heterogênea, possibilita certificar se há efetividade e eficácia dos controles internos. Consequentemente, os resultados da ABR também apontam o direcionamento da atuação da Auditoria, mediante indicadores qualitativos e quantitativos, estes por sua vez, favorecem para soluções e/ou alternativas para melhorias do desempenho operacional.

*Revisar*

## QUADRO 1

Demonstrativo das características entre modelos de Gestão nas Auditorias

AUDITORIA CONVENCIONAL (AC)	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS (ABR)
Investigativa/corretiva/reativa	Preventiva/menos correção/proativa
Inspecciona/detecta/reage	Identifica, avalia, trata e monitora os riscos
Foco nos controles	Foco no alcance dos objetivos da instituição
Analisa processos por amostragem/área	Analisa a matriz de risco e decide quais processos serão auditados

Os riscos pertinentes a gestão de uma instituição organizacional, pública ou privada, podem ser classificados de diversas formas. Cita-se alguns para o mapeamento de gestão de uma instituição pública:

- Risco de fraude e/ou corrupção: danos ao Erário e execução de projetos, Enriquecimento ilícito dos servidores;
- Risco Legal: não cumprimento da Legislação vigente, podendo causar diversos danos;
- Risco Sistêmico: ambiente político e econômico do contexto organizacional;
- Risco Operacional e de Gestão: má e/ou ineficiente ação dos gestores nas atividades operacionais;
- Risco de Tecnologia: defasagem, utilização inadequada dos recursos tecnológicos disponíveis;
- Riscos da comunicação e da tomada de decisão: relevância e confiabilidade das informações que dão suporte ao processo decisório;
- Risco de Recursos Humanos: perda da disponibilidade e qualificação dos servidores;
- Risco de reformulação das atividades operacionais: afeta a execução de um modelo estabelecido quanto ao tempo e demanda de recursos;

*Stales*

- Risco Econômico/Financeiro (Nacional e Internacional): inflação; taxa de juros; efeitos da economia global na economia brasileira; retenção e/ou não liberação de verbas.

O auditor interno precisa julgar e determinar se os processos de gerenciamento de riscos são eficazes, quanto a se:

- Os objetivos estão alinhados com a missão da instituição e com PAINTE;
- Os riscos significativos são identificados e avaliados;
- A administração e os órgãos de controle dão suporte necessários aos auditores; e
- As informações inerentes aos riscos são capturadas e comunicadas oportunamente através da instituição, permitindo que auditores, colaboradores, administração e conselho cumpram com suas responsabilidades.

#### 4.4 Avaliação dos riscos

Os riscos são identificados, analisados, avaliados, considerando-se a sua probabilidade e o impacto como base para determinar o modo pelo qual deverão ser administrados. Este processo tenta responder:

- O que pode acontecer e por quê?
- Quais são as consequências?
- Qual é a probabilidade de sua ocorrência futura?
- Existem fatores que mitigam a consequência do risco ou que reduzam a probabilidade do risco?
- O nível de risco é baixo, moderado ou alto e requer tratamento adicional?

“A estrutura da gestão de riscos fornece políticas, procedimentos e arranjos organizacionais que incorporarão a gestão de riscos através da organização em todos os níveis.” (ABNT - 2011)

*Flávia*



## 5. METODOLOGIA

A metodologia a ser aplicada para a percepção do risco inerente às áreas considera a necessidade de aperfeiçoamento contínuo dos critérios utilizados, procura reduzir o viés que envolve julgamentos individuais e melhora a compreensão relativa da vulnerabilidade correspondente a cada processo analisado, propiciando oportunidade de melhoria nos controles internos e a tomada de decisão dos gestores quanto a aceitar, modificar, evitar ou transferir o risco identificado.

### 5.1 Modelo de Avaliação de Risco.

Os riscos foram avaliados da seguinte forma:

I. Identificação dos processos de trabalho passíveis de auditoria, conforme método abaixo descrito:

- a) Realização do diagnóstico dos processos de trabalho do IFPE, conforme visão da Unidade de Auditoria Interna tendo em vista que a Gestão da entidade ainda não identificou seus processos, que considerou o Estatuto, o Regimento Geral, o Plano de Desenvolvimento Institucional, os Planos de Ação, os Programas e as Políticas da Entidade.
- b) Encaminhamento aos setores do diagnóstico realizado pela Auditoria Interna, apresentado nos termos do quadro demonstrativo intitulado “Mapeamento e Avaliação do Processo de Trabalho do IFPE”, enfatizando a necessidade de ajustes, alinhamentos, retificações ou ratificações, conforme as efetivas práticas laborativas das unidades.
- c) Recebimento do novo Diagnóstico após ponderações dos setores responsáveis, no sentido de incluir, ratificar ou retificar os processos de trabalho, conforme as rotinas e práticas laborativas efetivamente executadas.

II. Avaliação do risco (evento que pode afetar negativamente) correspondente a cada processo de trabalho, segundo os fatores abaixo:

- a) Autoavaliação do Gestores, quanto à probabilidade e impacto; e
- b) Avaliação da Auditoria Interna, quanto à probabilidade e impacto.

*Riches*

III. Estabelecimento de classificação dos processos de trabalho em função do grau de risco.

IV. Elaboração do plano anual de auditoria baseado na avaliação de riscos.

## 5.2 Fatores de risco considerados.

Existem diversas formas de classificar os riscos inerentes aos processos organizacionais da instituição. Os fatores de risco utilizados, de acordo com o art. 3º da Instrução Normativa CGU 24/2015, foram baseados nos critérios abaixo:

I. Criticidade: **probabilidade** de o risco ocorrer durante a execução da atividade do processo de trabalho.

II. Relevância: **impacto** no planejamento estratégico, a estrutura de governança, os planos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as políticas da entidade (não material).

III. Materialidade: **impacto** no orçamento da entidade (material).

## 6. AVALIAÇÃO DO GRAU DE RISCO

### 6.1 Avaliação do grau de risco.

A avaliação do risco observou os seguintes critérios:

AVALIAÇÃO DO GRAU DE RISCO		
Fator de Risco	Crterios utilizados para a sua elaboração	Classificacao de Risco
Avaliação da Auditoria Interna, quanto à probabilidade e impacto	Tabulação de dados através da avaliação da auditoria interna por meio de formulário	Probabilidade e Impacto classificados de 1 a 5, conforme Formulário
Autoavaliação do Gestores, quanto à probabilidade e impacto	Tabulação de dados através da autoavaliação dos gestores por meio de formulário	Probabilidade e Impacto classificados de 1 a 5, conforme Formulário

*RTales*

### 6.3 Matriz de Risco

“Ferramenta para classificar e apresentar riscos, definindo faixas para consequência e probabilidade”. (ABNT-2011)

Instrumento de verificação, análise de ambientes e conformidade de procedimentos dos órgãos dos controles.

A Matriz de Risco contém a pontuação correspondente ao grau de risco do processos avaliados, apresentada de forma ordenada de acordo com os percentuais apurados.

Após conversão dos resultados a termos percentuais, calcula-se o resultado de cada fator pela seguinte fórmula:

$$\text{Grau de risco} = (\% F1 * \% F2)/2 \text{ (1)}$$

Sendo:

% F1 - percentual calculado a partir da autoavaliação do Gestores; e

% F2 – percentual calculado a partir da avaliação da Auditoria Interna.

Uma vez concluída a etapa (1), temos o cálculo do risco final, com variação de de 1% a 25%.

Dessa forma, possibilitará ordenar os processos de trabalho, pois quanto maior for o percentual calculado, mais vulnerável será. Além disso, a matriz demonstrará se o grau de risco das áreas é baixo, moderado ou alto.

É pertinente salientar que, na teoria, a análise de determinado risco considera o impacto e a probabilidade associados ao evento específico, nos moldes dos eixos x e y de um plano cartesiano.

### 6.4 Diagrama de Verificação de Risco

É uma técnica da Gestão de Risco conhecida na Literatura como Matriz de Impacto e Probabilidade, desenvolvida usualmente para analisar as informações obtidas.

*Rteles*



## Impacto

Portanto, deverão ser priorizadas as áreas que apresentarem o maior grau de risco, de modo a proporcionar um melhor embasamento à definição das ações constantes do PAINT 2018.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto faz parte das ações de desenvolvimento institucional e fortalecimento da Auditoria Interna do IFPE, que visa não somente o cumprimento legal exigido pelos Órgãos de Controle da União, como também, contribuir para uma Gestão Pública Eficaz.

A avaliação do risco é relevante porque proporciona a identificação dos elementos que compõem a instituição e das áreas mais importantes, de forma que o auditor obtenha uma segurança razoável.

A Gestão de risco favorece para o desenvolvimento e para as políticas de segurança da organização de forma holística, que também são representados pelo controle interno, uma vez que o setor tem uma visão de todas as atividades relevantes que a organização executa.

*Rules*

## 8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT NBR ISO 31000:2009 (2011). Gestão de Risco – Princípios e Diretrizes – ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas.

ABR. Universidade Federal do ABC. Projeto de Auditoria Baseada em Riscos.

AUDIBRA. COSO, Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada: Sumário Executivo e Estrutura.

BRASIL. Poder Executivo. Controladoria Geral da União. Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2015. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Poder Executivo. Controladoria Geral da União, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 10 de maio de 2016. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 mai. 2016. Seção 1, p. 14.

CRUZ, Flávio da (2008). Auditoria Governamental. São Paulo, Atlas.

BTCU Especial (2010). Análise swot e Diagrama. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas\\_governo/tecnicas\\_anop](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/tecnicas_anop)>

*Flávia*

GESTÃO (2013). Ministério do Planejamento, Orçamento. Guia de orientação para o gerenciamento de Riscos.

GESTÃO. Ministério do Planejamento, Orçamento e. Secretaria de Gestão Pública. Modelo de excelência do sistema de gestão pública – Disponível em: <[http://www.gespublica.gov.br/folder\\_mgp/folder\\_nucleo/RJ/pasta.2013-05-20.0206812602/05.%20Modelo%20de%20Excelencia%20do%20Sistema%20de%20Gestao%20Publica%20%20-%20guia%20de%20avaliacao%20final%20linkado-1.pdf](http://www.gespublica.gov.br/folder_mgp/folder_nucleo/RJ/pasta.2013-05-20.0206812602/05.%20Modelo%20de%20Excelencia%20do%20Sistema%20de%20Gestao%20Publica%20%20-%20guia%20de%20avaliacao%20final%20linkado-1.pdf)>

SÁ, Antonio Lopes de (2000). Curso de auditoria. 9. ed. São Paulo, Atlas.

YOSHITAKE, Mariano (2009). Auditoria Contábil: metodologia de processos de auditoria. Curitiba, Juruá.

## ANEXO I

### MAPEAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO IFPE

MACROPROCESSO:

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO MACROPROCESSO:

- 1º. Realizar o diagnóstico dos processos de trabalho relacionados ao macroprocesso.
- 2º. Preencher o quadro abaixo e identificar inconsistências nos processos de trabalho descritos, bem como inserir os processos que não foram citados.

Nome do Processo de Trabalho (a)	Unidades Administrativas Responsáveis pelo Processo de Trabalho (Considerar a possibilidade de os processos serem transversais) (b)	Análise Simplificada dos Riscos			
		Percepção do Gestor			
		Descrição do(s) evento(s) que podem afetar negativamente o processo de trabalho (c)	Probabilidade (Chance do(s) evento(s) ocorrer(em)) (d)	Impacto (Dano que o(s) evento(s) pode(m) causar ao objetivo do processo de trabalho) (e)	Controles utilizados para mitigar ou evitar a ocorrência do evento negativo (f)

*Rteles*

---

Assinatura do Responsável pelo Macroprocesso

*R. Alves*



**Legenda:**

- a) **Processo:** Compreendem um conjunto ordenado de atividades de trabalho, no tempo e espaço, com início e fim. Têm como objetivo gerar resultados para a organização e podem estar em diferentes níveis de detalhamento, sendo comumente relacionados às áreas gerenciais, finalísticas e de apoio.
- b) **Unidades Administrativas Responsáveis pelo Processo:** Setores vinculados ao processo de trabalho.
- c) **Risco:** Possibilidade de que um evento ocorra e afete negativamente à realização dos objetivos da processo (descrição do evento).
- d) **Probabilidade:** a chance de o risco ocorrer durante a execução da atividade da unidade. Deve ser pontuada da seguinte forma:
  - 1 – **Raro** - Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo. Sem histórico de ocorrência;
  - 2 – **Improvável** - Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo;
  - 3 – **Possível** - Evento esperado, de frequência reduzida;
  - 4 – **Provável** - Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido pelos gestores e operadores do processo;
  - 5 – **Quase certo** - Evento repetitivo e constante. Se repete seguidamente de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. É evento evidente para os que conhecem o processo.
- e) **Impacto:** a extensão em que o risco, se acontecer, afetará o processo. Basicamente é o tamanho do estrago que o risco pode causar. Deve ser pontuado da seguinte forma:
  - 1 – **Insignificante** - Causa impactos quase nulos para a instituição;
  - 2 – **Menor** - Causa pequenos impactos para a instituição;
  - 3 – **Moderado** - Impactos medianos nos objetivos, com possibilidade de recuperação;
  - 4 – **Maior** - Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação;
  - 5 – **Alto** - Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.
- f) **Controles existentes** - informar quais os controles existentes para mitigar o evento ou corrigir o dano, em caso de sua ocorrência de fato.



